



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Externa	Nº: 0620/11	DATA: 30/05/2011
INÍCIO: 15h18min	TÉRMINO: 19h22min	DURAÇÃO: 04h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h04min	PÁGINAS: 75	QUARTOS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CELSO CASTRO – Jurista e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.
AUGUSTO ARAS - Professor de Direito da UnB e membro do Ministério Público Federal.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema da Comissão Especial.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa da Bahia.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. COORDENADOR (Marcelo Nilo) - Está aberta a Conferência Estadual da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados.

Convido a compor a Mesa o Exmo. Sr. Presidente da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Almeida Lima, do PMDB de Sergipe (*palmas*); o Exmo. Sr. Titular da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados e coordenador do evento, meu querido amigo Deputado Federal Waldenor Pereira, do PT da Bahia (*palmas*); o titular da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados e coordenador do evento, Deputado Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia (*palmas*); o Exmo. Sr. Presidente da Comissão Extraordinária para Discussão da Reforma Política, da Assembleia Legislativa da Bahia, Deputado Estadual Reinaldo Braga, do PR da Bahia (*palmas*); o Exmo. Sr. Deputado Estadual, membro da Comissão, José Raimundo, do PT da Bahia (*palmas*); o Exmo. Sr. Deputado Estadual Álvaro Gomes, do PCdoB da Bahia (*palmas*); o Sr. Relator da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rubens Otoni, do PT de Goiás (*palmas*); o Sr. Professor Doutor da Faculdade de Direito da UnB, membro do Ministério Público Federal e membro da Comissão Nacional de Direitos Difusos e Coletivos, do Conselho Federal da OAB, Augusto Aras (*palmas*); o Exmo. Sr. Jurista e Diretor da Faculdade de Direito da UFBA e palestrante da reforma política, Dr. Celso Castro (*palmas*); o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Camaçari, Presidente da União dos Municípios da Bahia, Dr. Luiz Caetano. (*Palmas.*) O Deputado Sérgio prefere ficar no plenária.

Convido o Deputado Luiz Alberto, do PT, também para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Registro a presença da Deputada Cláudia Oliveira; do Deputado Adolfo Menezes; do Deputado Adolfo Viana; do Deputado Alan Sanches; do Deputado Álvaro Gomes — que está aqui na Mesa; do Deputado Ângelo Coronel; do Deputado Bira Coroa; do Deputado Bruno Reis; do Deputado Cacá Leão; do Deputado Capitão Tadeu; do Deputado Carlos Geilson; do Deputado Carlos Ubaldino; do Deputado Coronel Gilberto Santana; do Deputado Delegado Deraldo Damasceno; do Deputado Elmar Nascimento; do Deputado Euclides Fernandes; do Deputado Fabrício Falcão; da Deputada Fátima Nunes; do Deputado Gildásio Penedo Filho; da



Deputada Graça Pimenta; do Deputado Hebert Barbosa; da Deputada Ivana Bastos; do Deputado J. Carlos; do Deputado Joacy Dourado; do Deputado João Bonfim; do Deputado José de Arimatéia; do Deputado Joseildo Ramos; do Deputado Leur Lomanto Júnior; do Deputado Luciano Simões; do Deputado Luiz Augusto; da Deputada Luiza Maia; do Deputado Marcelino Galo; da Deputada Maria Del Carmen; da Deputada Maria Luiza Laudano; do Deputado Mario Negromonte Júnior; da Deputada Neusa Cadore; do Deputado Pastor Sargento Isidório; do Deputado Paulo Azi; do Deputado Paulo Rangel; do Deputado Pedro Tavares; do Deputado Reinaldo Braga; do Deputado Roberto Carlos; do Deputado Rosemberg Pinto; do Deputado Sidelvan Nóbrega; do Deputado Targino Machado; do Deputado Tom Araújo; do Deputado Yulo Oiticica e do nobre Deputado José Raimundo.

Gostaria de também registrar a presença do Sr. Chefe de Gabinete do Secretário de Relações Institucionais, o ex-Deputado Pedro Alcântara, representando o Secretário César Lisboa.

Agora vou convidar uma Deputada. Eu estava pedindo ao cerimonial que colocassem uma cadeira para trazer uma mulher à Mesa. Vou convidar a Deputada Maria Luiza Laudano, representando a Mesa Diretora, para vir compor a Mesa. *(Palmas.)*

A Deputada Luiza Maia tem aqui o seu marido, está representada, mas ela também quer vir para a Mesa. Pode vir, porque, diga-se de passagem, ela lutou muito para a instalação dessa Comissão da Reforma Política.

O nobre Presidente da Comissão, Deputado Waldenor Pereira, e o nobre Deputado Daniel Almeida me telefonaram pedindo que transformássemos essa sessão ordinária em sessão especial, tendo em vista que, sem dúvida nenhuma, a reforma mais importante no Brasil hoje é a reforma política. Portanto, gostaria de passar a presidência dos trabalhos a V.Exa., Deputado Almeida Lima, e dizer que é uma honra muito grande tê-los aqui nesta Casa, a Casa do povo, a Casa das leis. V.Exas., com certeza, têm um trabalho árduo, difícil, mas muito importante para a consolidação da democracia no nosso País.

Antes de passar a presidência a V.Exa., gostaria de registrar a presença do Presidente do PT, nobre Deputado Jonas Paulo, meu querido amigo Jonas Paulo, Presidente do Partido dos Trabalhadores na Bahia.



Passo a presidência dos trabalhos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Senhoras e senhores, boa tarde. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Deputado Marcelo Nilo; Exmo. Sr. Deputado Federal Waldenor Pereira, membro titular da Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Federal Daniel Almeida, membro titular da referida Comissão; Exmo. Sr. Deputado Rubens Otoni, Relator da Comissão Especial da Reforma Política; Exmo. Sr. Presidente da Comissão Extraordinária para a Discussão da Reforma Política da Assembleia Legislativa da Bahia, Deputado Estadual Reinaldo Braga; Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Camaçari e Presidente da União dos Municípios da Bahia, Dr. Luiz Caetano; nobre Jurista e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, palestrante na tarde de hoje acerca da reforma política, Dr. Celso Castro; Professor Doutor da Faculdade de Direito da UnB, membro do Ministério Público Federal e membro da Comissão Nacional de Direitos Difusos e Coletivos do Conselho Federal da OAB, Dr. Augusto Aras; Exmo. Sr. Deputado Federal Sérgio Barradas Carneiro; Exmo. Sr. Deputado Federal Lucio Vieira Lima; Exmo. Sr. Deputado Federal Luiz Alberto; Exma. Sra. Deputada Luiza Maia; Exma. Sra. Deputada Maria Luiza Laudano; Exmo. Sr. Deputado Estadual Álvaro Gomes; Exmo. Sr. Deputado Estadual José Raimundo; minhas senhoras; demais Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, lideranças comunitárias, lideranças de movimentos sociais, meus cumprimentos a todos e minhas homenagens ao querido Estado da Bahia.

É uma grata satisfação e muita honra estar aqui presidindo os trabalhos deste evento, sobretudo porque tenho a honra de transferir a presidência de honra desta sessão ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. A Câmara dos Deputados, pela Comissão da Reforma Política, tomou a decisão de, antes da apresentação de uma proposta de reforma política, abrir o debate com a sociedade brasileira. E o nosso desejo é que o debate seja da forma a mais ampla e profunda possível.

Para que as senhoras e os senhores tenham conhecimento, às terças-feiras, na Câmara dos Deputados, nós temos realizado sessões da Comissão para o debate com todos os Deputados membros, titulares ou suplentes, e também



Deputados não integrantes da Comissão, acerca de todos os temas que foram previamente alinhados, algo em torno de 18 temas. Às quintas-feiras, nós estamos realizando, no mesmo plenário da Câmara dos Deputados, das Comissões, audiências públicas com personalidades da sociedade brasileira, juristas, sociólogos, cientistas políticos, políticos, integrantes de movimentos sociais, imprensa, igreja, Ordem dos Advogados. E tomamos uma decisão que eu considero a mais acertada: a de levar o debate aos Estados brasileiros. A esta altura já fizemos conferências nos Estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná. Hoje estamos aqui no Estado da Bahia. Na próxima sexta-feira iremos ao Espírito Santo. Logo a seguir, Rio de Janeiro, São Paulo. E estamos preordenando a agenda para cumprirmos ainda os compromissos no Estado do Pará, Rio Grande do Norte, Tocantins, uma sessão no Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foram os Estados que pleitearam e que apresentaram requerimentos. E nós estamos fazendo um grande esforço, a Câmara dos Deputados, para nos deslocarmos a todos esses Estados para a abertura desse debate.

É evidente que chegamos aos Estados com um nível de conhecimento, mas saímos deles com um nível bem mais elevado, com bem mais massa crítica, o que irá, sem dúvida, nos proporcionar melhores condições para a apresentação de uma proposta de reforma política que possa atender se não a todos os aspectos, mas, de forma legítima, aos anseios da sociedade brasileira.

Portanto, eu quero deixar dito que nós estamos vindo à Bahia para ouvir. É evidente que passarei a palavra a alguns Parlamentares que aqui se encontram. Logo a seguir, há dois outros palestrantes. Mas, de logo, aplicando a mim, pessoalmente, que já devo concluir as minhas palavras, faço uma solicitação aos senhores que vão me suceder no uso da palavra que o façam no mais breve espaço de tempo possível, para que possamos dar oportunidade de fazer uso da palavra àqueles que para aqui vieram. Nós viemos para ouvir, debater com as senhoras e com os senhores, na medida da possibilidade, da circunstância, se assim se estabelecer. Mas, acima de tudo, o nosso desejo é ouvir o pensamento do povo baiano nesta sessão.



Portanto, eu tenho a honra de passar a palavra, inicialmente, ao Deputado Federal Waldenor Pereira, um dos autores do requerimento para que esta reunião pudesse ser realizada aqui em Salvador, no Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, Sr. Deputado Federal Rubens Otoni, Sub-Relator da Comissão Especial da Reforma Política, meu prezado colega Deputado Federal Daniel Almeida, por intermédio de quem saúdo os demais colegas Deputados Federais presentes nesta reunião, meus cumprimentos.

Cumprimento os Deputados José Raimundo Fontes e Álvaro Gomes, por intermédio dos quais cumprimento e saúdo os demais Deputados Estaduais desta Casa legislativa.

Cumprimento o Deputado Reinaldo Braga, Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Saúdo de forma especial o nosso companheiro e ex-colega, hoje Presidente da União de Prefeitos da Bahia, o Prefeito do Município de Camaçari, Luiz Caetano.

Saúdo e cumprimento os ilustres palestrantes, Dr. Augusto Aras e Dr. Celso Castro, aos quais agradeço a presença; saúdo e abraço as lideranças do movimento social que se fazem presentes a esta importante reunião; cumprimento, embora esteja ausente, o Presidente desta Assembleia Legislativa, Deputado Marcelo Nilo; cumprimento e abraço os servidores técnicos, todas as amigas e todos os amigos, companheiras e companheiros que nos prestigiam nesta conferência que tem como tema a reforma política.

Quero dizer da minha alegria e da minha satisfação de voltar a ocupar a tribuna desta Casa, na qual militei durante dois mandatos, ou seja, 8 anos.

Como um dos proponentes desta reunião, cabe a mim, em primeiro lugar, destacar o caráter democrático e a importância da realização desta conferência, nesta Casa legislativa, no Estado da Bahia. Digo isso porque, quando da instalação das Comissões Especiais no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, a sociedade civil organizada, os segmentos organizados da sociedade, imediatamente, e com razão, reclamaram que a reforma política debatida nessas duas Casas se restringia a algumas alterações pontuais do sistema eleitoral brasileiro. E os movimentos sociais brasileiros, com muita razão, passaram a



defender, através de um documento denominado *Plataforma dos Movimentos Sociais*, que reúne a representação de 600 diferentes entidades do movimento social brasileiro, uma reforma política ampla, democrática e participativa, chamando a atenção da sociedade brasileira para o fato de que uma reforma política não pode se restringir a apenas algumas mudanças pontuais do sistema eleitoral, mas que ela deve extrapolar o debate para outros temas que, uma vez não sendo tratados, podem frustrar a população brasileira com a realização de uma reforma que não atenda às expectativas da Nação.

Por isso, os movimentos sociais apresentaram ao Congresso Nacional, mais uma vez — porque esse documento já havia sido apresentado em momento anterior —, um documento composto de cinco eixos principais e que envolve também, além da reforma do sistema eleitoral, o fortalecimento da democracia direta através de nova regulamentação do art. 14 da Constituição brasileira, que trata do projeto de iniciativa popular, do referendo e do plebiscito. O documento defende o fortalecimento da democracia participativa, elencando uma série de itens cujo debate é necessário, para que a reforma se estabeleça e se realize.

O documento defende a democratização dos meios de informação e de comunicação. Defende até, Dr. Celso Castro e Dr. Augusto Aras, maior transparência no Poder Judiciário.

São temas considerados indispensáveis para que possamos de fato debater e defender uma reforma política ampla, democrática e participativa.

Por isso, consideramos de fundamental importância a realização desta conferência no Estado da Bahia, assim como em outros Estados da Federação. A população, os segmentos organizados ou movimentos sociais, para muito além do Parlamento, podem apresentar as suas sugestões, as suas recomendações, de tal forma que a Comissão Especial, uma vez acolhendo essas recomendações e considerações da sociedade civil, pode de fato defender, no Congresso Nacional, a realização e a aprovação de uma reforma política que realmente atenda às grandes expectativas do povo brasileiro.

Portanto, eu quero agradecer ao Presidente Almeida Lima, que tem dirigido com maestria a nossa Comissão de Reforma Política, defendendo a ampliação do debate, levando a Comissão a diferentes Estados do Brasil, tal como fazemos aqui



hoje, para que a população brasileira, através dos seus segmentos organizados, como estamos fazendo hoje, possa apresentar as suas recomendações, as suas sugestões, as suas proposições, de tal forma que possamos aprovar no Congresso Nacional uma reforma política que de fato responda aos interesses maiores do povo brasileiro.

É com muita satisfação, como proponente desta reunião, que nos fazemos presentes aqui hoje — os Deputados Daniel Almeida e Luiz Alberto, que também é membro da Comissão da Reforma Política, os demais colegas Deputados Federais e eu — para ouvir a sociedade baiana, na expectativa de acolher essas recomendações e proposições e as incluirmos, naturalmente, na proposta de reforma que haveremos de debater e aprovar naquela Casa legislativa maior, o Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos pela presença. Esperamos que o debate seja o mais profícuo possível nesta tarde de debate na Casa legislativa da Bahia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. e tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Deputado Federal Daniel Almeida, também autor do requerimento para a realização desta reunião aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Cumprimento o Presidente da Comissão Especial, Deputado Almeida Lima, nosso “quase conterrâneo”, aqui de Sergipe, mas do Nordeste.

Cumprimento o Sub-Relator, Deputado Rubens Otoni, nosso parceiro, que tem-se dedicado muito ao debate sobre reforma política no Congresso Nacional.

Meu companheiro Waldenor Pereira, por seu intermédio cumprimento os demais Deputados Federais. Fomos os proponentes desta audiência, desta sessão especial.

Quero cumprimentar o Presidente da Casa, Deputado Marcelo Nilo, que imediatamente aceitou transformar esta sessão em sessão especial para aprofundar o debate sobre reforma política. Por seu intermédio, cumprimento todos os Deputados Estaduais que, nesta Casa, já constituem uma Comissão Especial para produzir opiniões e sugestões sobre a reforma política.



Cumprimento os nossos palestrantes, Celso Castro e Augusto Aras; o Prefeito de Camaçari, Luiz Caetano; e a Vereadora Olívia Santana. O debate sobre reforma política interessa muito aos Prefeitos e Vereadores.

Nós temos muita convicção de que é possível — e, mais do que possível, é uma necessidade da sociedade brasileira — fazer mudanças na estrutura política, nos mecanismos eleitorais e na organização partidária no nosso País. É um desafio que nós estamos repetindo a cada disputa eleitoral, sobre a necessidade de fazer ajuste. Seguramente, nós não vamos encontrar um mecanismo ideal para estabelecer um processo mais democrático, mais transparente, que atenda a todos os desejos. Nenhum sistema, nenhum modelo é ideal. Ouvimos pelo mundo fora as experiências. E quem vivencia cada uma delas levanta aspectos que poderiam sofrer correção, ajuste, modificação.

Mas penso que nós temos condições. E esse é o desafio em que nós sociedade brasileira, Congresso brasileiro, Assembleia Legislativa, estamos metidos. Temos condições de produzir avanços.

A Comissão Especial tem feito esse intenso esforço das audiências públicas, do debate permanente que acontece lá. E essa vinda a cada Estado é um momento rico para colhermos todas as contribuições, todas as sugestões.

Algumas opiniões vão se consolidando no debate da Comissão. Uma delas é a de que não devemos imaginar remendos. Nós devemos pensar em apresentar uma proposta o mais abrangente possível. Não é possível imaginar um fatiamento ou, como alguns dizem, “remendar tecido podre”. É preciso imaginar uma abordagem abrangente sobre a estrutura política, para que nós possamos chamar esse movimento, esse desafio, de reforma política.

O Presidente da Comissão e o Relator elencaram mais de 20 temas que a Comissão considerou que deveriam merecer apreciação e que fazem parte do debate, no cotidiano da Comissão Especial e da sociedade. Todos muito importantes, todos relevantes. Eu quero destacar alguns que me parecem merecer uma reflexão mais detida sobre o seu conteúdo, o seu significado e sobre as possibilidades de avanço em torno deles.

Primeiro, o financiamento de campanha eleitoral. Parece-me que esse é o esqueleto principal deste processo político que estamos vivenciando hoje. É um



modelo esgotado. O Relator, Deputado Henrique Fontana, tem dito que o modelo de hoje impõe que todos entrem numa campanha eleitoral já com o suporte financeiro. Muitos jovens e tantas camadas da nossa sociedade deixam de se interessar pelo processo político porque não vislumbram a possibilidade de arregimentar recursos.

Financiamento, portanto, é um elemento central para esse debate sobre reforma política. Eu tenho uma opinião a esse respeito. E há um debate importante a ser feito pela sociedade. Eu defendo o financiamento público, exclusivamente público, para todas as disputas eleitorais. Mas, na sociedade, quando se discute, as pessoas dizem: *“Mas como esse financiamento público? Quem vai pagar a conta?”* É como se hoje a sociedade não a pagasse — e paga muito caro —, com os mecanismos de desvio de corrupção, com a falta de controle que nós verificamos e vivenciamos no modelo adotado, no modelo que está aí.

Que sistema eleitoral poderíamos produzir para adequar melhor essas relações? O debate está aberto. Não há consenso em torno de nenhum desses temas. A lista preordenada, que alguns chamam de lista fechada... Na verdade, não é lista fechada; a lista já é fechada. Depois das convenções eleitorais, hoje, a lista não abre mais. Ela é pós-ordenada. O debate é sobre se vamos para uma lista preordenada, que estaria mais compatível com o financiamento público de campanha, melhores condições de controle, maior fortalecimento dos partidos, maior debate programático sobre os temas que cada partido defende: o distritão, o distrital misto, a lista preordenada mista. É um debate intenso em torno do sistema eleitoral a ser construído.

Quais os mecanismos que fortalecem a relação entre representado e representante? A participação popular, os mecanismos de iniciativa legislativa, os plebiscitos, os referendos — o cidadão precisa acompanhar melhor e participar de forma mais presente dos processos políticos. Esse é um debate fundamental a ser feito.

Hoje está prevista na nossa legislação a iniciativa de lei, mas as dificuldades são tantas e são poucas as possibilidades que conseguimos produzir. Há um debate sobre o estabelecimento, por exemplo, de um número de eleitores que assinam uma iniciativa legislativa correspondente ao quociente de cada Estado. Na Bahia, são necessários 200 mil votos para eleger um Deputado Federal. Poderíamos adotar



isso como referência para a iniciativa legislativa. Há um debate, portanto, em torno desses mecanismos.

Para concluir, Sr. Presidente, há um debate intenso — e alguns imaginam que podem alcançar uma maioria mais expressiva — sobre o fim da coligação proporcional. Tenho circulado pela Bahia e conversado com Vereadores e Prefeitos, especialmente nos pequenos Municípios do interior. Muitos começam a perguntar: *“Mas como vamos acabar com a coligação, se na maioria dos Municípios do interior poucos partidos têm condições de alcançar o quociente eleitoral? Se acabarmos com a coligação, cada um teria de formar uma chapa. Como se compõem as alianças que normalmente se articulam em torno de dois grandes pólos que se estabelecem na disputa para as Prefeituras Municipais?”*

Esse também é um debate importante que devemos levar em conta neste processo que buscamos construir na nossa Comissão Especial e nesse diálogo com a sociedade.

Sr. Presidente, vou levantar mais um aspecto do debate que vai se intensificando lá: a coincidência de mandatos. Vai se fortalecendo, lá na Câmara dos Deputados, a tese da eleição coincidente, de Vereador a Presidente da República, no mesmo ano.

Esse é um debate importante? Vamos aprofundá-lo? Que vantagens e desvantagens poderiam haver em torno desse tema? Penso que é algo relevante e que deve efetivamente merecer a nossa apreciação.

Parabéns, Presidente, pela sensibilidade de estar caminhando pelo Brasil, ouvindo cada segmento, para contribuir com este debate, que é da sociedade brasileira. Estamos com muita convicção, com muita fé de que vamos, ao seu final, produzir uma ampla, profunda e transformadora reforma política no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao nobre Deputado Daniel Almeida e concedo a palavra ao nobre Deputado Federal Rubens Otoni, Relator desta Comissão Especial da Reforma Política.

O Deputado Rubens Otoni é do Partido dos Trabalhadores do Estado de Goiás.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Boa tarde a todas e a todos.



É uma honra e uma satisfação poder mais uma vez estar aqui em Salvador, nesta Assembleia Legislativa, e partilhar com cada uma e com cada um de vocês este momento que julgo muito importante, de debate da vida política brasileira, em que temos feito questão de ouvir, o máximo possível, a nossa sociedade.

Quero fazer um cumprimento especial ao povo baiano, às Deputadas e aos Deputados Estaduais desta Assembleia Legislativa que hoje nos recebe e dizer da nossa satisfação de estar aqui, junto com os membros desta nossa Comissão Especial da Reforma Política, com o nosso Presidente, Deputado Almeida Lima, e com os propositores desta conferência, Deputados Waldenor Pereira e Daniel Almeida.

Cumprimento também os Deputados Federais que se fazem presentes e os nossos ilustres convidados, representantes dos segmentos sociais, que aqui estão não apenas para acompanhar, mas também para participar, para falar, para questionar, para dar as suas opiniões. Isso é muito importante. E os nossos convidados também vão fazer uma explanação. Teremos a honra de ouvir as suas palestras. Tudo isso, com toda a certeza, enriquece este nosso debate.

De maneira objetiva, quero apresentar a vocês um pouco daquilo que temos acompanhado no trabalho da nossa Relatoria na Comissão Especial da Reforma Política.

Trago o abraço do Deputado Henrique Fontana, o nosso Relator, com quem tenho dividido o trabalho e buscado contribuir, para que, ao final, possamos apresentar um relatório à altura daquilo que o povo brasileiro espera e de que o País necessita, com relação a este tema.

No trabalho da reforma política, temos algumas constatações. A primeira: o debate da reforma política no País ainda não é o debate ideal.

Quero fazer uma saudação especial ao Deputado Luiz Alberto, membro da Comissão da Reforma Política, que se faz presente conosco. Ele tem participado conosco e é uma das lideranças que têm alertado, e muito, a Comissão Especial, sobre um tema importante: garantir cada vez mais a inclusão de setores hoje sub-representados, não apenas na questão étnico-racial, mas também na questão das mulheres e outros setores.



Eu dizia que uma das constatações a que chegamos é a de que ainda não fizemos o debate ideal sobre a reforma política. Mas é verdade que já avançou muito. O debate da reforma política avançou muito em relação àquilo que tínhamos na década de 90 e no início de 2003, quando retomamos o debate deste tema, tanto do ponto de vista do interesse e da profundidade dos temas na Câmara e no Senado quanto do ponto de vista do interesse e da participação da sociedade. Aqueles que têm caminhado conosco por este País, participando das audiências públicas, das conferências, têm percebido esse interesse. Ainda não é o que precisamos, o que queremos, mas já avançou muito.

Segundo ponto: a reforma política é realmente importante. Às vezes, avançamos para dizer que é a reforma mais importante que precisamos fazer neste País. Sem dúvida nenhuma, é uma reforma importante. Mas é importante também ter clareza de que a reforma política não pode ser vista como o remédio para todos os males deste País. Sempre que há problemas na política, sempre que há crises na política, dizem: *“Temos que fazer a reforma política!”* Como se a reforma fosse a salvação, fosse o remédio para todos os males.

A reforma política é importante, mas é apenas uma parte de todo esse processo. E nós temos consciência das suas limitações. Vamos fazer a reforma política, estamos lutando pela reforma política, mas ela não vai resolver todos os nossos problemas. Mas nós queremos, com ela, avançar no nosso sistema, aprofundar a democracia e criar um cenário mais favorável para exercer essa mesma democracia e consolidar os nossos projetos de país.

Outro ponto importante a esclarecer na abertura deste debate é o seguinte: esta Comissão, presidida pelo Deputado Almeida Lima, da qual tenho a honra de participar como um dos Relatores, não está pensando uma reforma política com efeito imediato para o País, mas que o prepare para algumas décadas. Então, não é nossa preocupação fazer reforma política para 2012. Nós não estamos focados em fazer a reforma política para 2012. Até porque só teremos condições de fazê-la para 2012 se a votarmos até o final de setembro. E nós queremos trabalhar de maneira mais tranquila, ouvindo toda a sociedade tendo condições de receber sugestões e de trabalhar em cima disso, para que haja uma reforma política sólida.



Baseando-se nisso, a pergunta seria: *“Então, o que estamos querendo realmente com esta reforma política, se não queremos uma coisa de imediato, para 2012?”* Nós queremos fortalecer a democracia. E, para isso, precisamos discutir bem com a sociedade.

A nossa Constituição prevê a democracia representativa, em que Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais, Senadores e Governadores são eleitos para representar a sociedade. Mas essa mesma Constituição prevê mecanismos de democracia participativa e mecanismos de democracia direta, mecanismos esses que nós ainda não conseguimos aprofundar no nosso País. A sociedade ainda não se apoderou desses instrumentos e desses mecanismos. Esse é um desafio para a reforma política.

E nós queremos, neste debate, fazer uma reflexão, levantar possibilidades, descobrir caminhos. O que fazer para que, na democracia direta, seja dada oportunidade à cidadã e ao cidadão de participarem diretamente das decisões do nosso País? O que fazer para que os referendos, os plebiscitos não sejam apenas acontecimentos eventuais na vida política do País, que sejam realizados de maneira mais regular, dando oportunidade para que a sociedade se manifeste? Que as iniciativas populares previstas na Constituição não sejam tão distantes da realidade; que sejam criadas oportunidades efetivas para que elas realmente existam.

A democracia participativa já é prevista hoje, com a participação popular nos conselhos populares, nas conferências. Mas que isso não ocorra apenas de maneira eventual. Que se apresente também no cotidiano da sociedade. E não sirva apenas para mostrar uma maneira de participar, mas que seja uma participação efetiva, com decisão.

E, na democracia representativa, o nosso grande desafio é o de fazer avançar o nosso sistema eleitoral. Não queremos reforma política que se transforme apenas na reforma eleitoral, embora aquilo que diz respeito às eleições nós queiramos aperfeiçoar. Queremos trabalhar, discutir as regras do processo eleitoral também do ponto de vista do aperfeiçoamento, não apenas para falar que estamos fazendo, para mexer um pouco e dizer que mudou alguma coisa. Afinal de contas, o sistema eleitoral que temos hoje tem defeitos. Ele tem deformações? Certamente tem. Mas ele também tem as suas virtudes, tem o seu lado positivo. E não nos convém, não



nos interessa fazer uma reforma pelo simples prazer de mudar, indiferente daquilo que é bom ou ruim. Nós queremos preservar o que é bom. Para isso, precisamos debater com a sociedade, ouvir os segmentos.

Na minha visão, um dos pontos importantes e positivos do atual sistema eleitoral é o fato de ser proporcional. Por ser proporcional, o sistema dá oportunidade àquele partido que tem maior representação, àquele partido que tem 50% dos votos numa Assembleia Legislativa, o direito de se representar com 50% das vagas. Mas esse mesmo sistema também dá oportunidade ao partido que teve votação menor, que teve votação de 5%, de 10%, de ser representado. E isso é democrático. Dá oportunidade a quem teve mais votos de ser representado, mas dá oportunidade à minoria também de ser representada. Parece-me que esse é um princípio importante da democracia e que não há por que mudar, apenas pelo prazer de mudar. Essa é uma parte importante do sistema.

Agora, precisamos pensar, fazer outras reflexões. Uma reflexão polêmica, mas que tem avançado muito, tanto no debate na Câmara e no Senado quanto no debate na sociedade — e falo isso porque acompanho essa discussão desde 1996 e agora, de maneira mais direta, desde 2003, tendo sido Relator desta matéria em 2004, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara —, diz respeito ao financiamento público exclusivo de campanha, apesar de ser um debate polêmico. Isso não quer dizer que haja entendimento, que haja maioria. É um debate que ocupa cada vez mais o cenário da reforma política. Por quê? Porque existe uma preocupação — e, de certa forma, até um constrangimento no processo eleitoral do nosso País — com a influência cada vez maior do poder econômico na escolha dos nossos representantes. A cada eleição, vê-se mais ainda a presença do poder econômico decidindo as eleições, em detrimento das ideias, das propostas, dos projetos, dos programas a serem apresentados à sociedade. As ideias e os projetos tornam-se cada vez menos importantes e acabam atropelados pelo que se apresenta numa campanha eleitoral. Às vezes, as eleições são decididas mais por esse caminho.

Isso leva a sociedade e a Comissão da Reforma Política a buscarem uma solução, um caminho. O financiamento público exclusivo de campanha se apresenta como uma dessas alternativas. E também é questionável, mas é uma proposta que



hoje cresce e é vista com respeito. Buscam-se formas para viabilizá-la no sentido de baratear as campanhas eleitorais e, ao mesmo tempo, fazer com que elas sejam igualitárias e que os candidatos sejam eleitos por suas ideias e por seus projetos.

O desafio continua. E a Comissão da Reforma Política tem desempenhado esse papel de buscar opiniões, percebendo que sobre tema nenhum há consenso. Nenhum tema consegue aglutinar todos os setores. Por isso mesmo é preciso buscar, de maneira democrática e equilibrada, uma forma de construir a maioria.

Para termos o financiamento público de campanha, discute-se também como seria o sistema de voto. Discutem-se o voto na lista preordenada, o voto distrital, o voto distrital misto. Alternativas são apresentadas, e precisamos avaliar, discutir o sistema eleitoral, se queremos o financiamento público de campanha.

Alguns assuntos foram levantados aqui, como o fim das coligações proporcionais, o voto obrigatório, a coincidência das eleições, o fim da reeleição. São temas presentes nesses debates que temos levantado Brasil afora.

Estamos diante deste grande desafio de buscar a reflexão, ouvindo os mais diferentes setores da sociedade, recolhendo sugestões para, com base nessas propostas e ideias, tentar acertar um relatório que atenda às expectativas de fortalecimento da democracia.

Por exemplo: um dos pontos importantes do debate que temos feito, por onde passamos, é a preocupação em aproveitar o debate da reforma política para garantir a inclusão, na vida política do nosso País, de setores expressivos que são sub-representados e, em alguns casos, excluídos da vida política, mesmo sendo expressivos na nossa sociedade. Cito a questão étnico-racial, dos negros; das mulheres, que hoje representam mais de 50% da população e mais de 50% do eleitorado, mas que têm cerca de 8% de representação na Câmara dos Deputados; os indígenas, que tiveram apenas um representante em toda a história política do Parlamento brasileiro.

São esses os debates feitos. E é por isso que a Comissão da Reforma Política existe. E queremos fazer dela um espaço privilegiado para ouvir a sociedade, para debater essas questões. Não se trata de fazer reforma política por fazer reforma política, não se trata de fazer mudança pelo prazer de fazer mudança. Trata-se de buscar o aperfeiçoamento do nosso sistema político-eleitoral e o



fortalecimento da nossa democracia nos seus diversos níveis: a democracia direta, a democracia participativa, a democracia representativa.

Tenho absoluta certeza de que o debate com vocês, aqui, vai contribuir muito para que, até o final deste semestre, possamos fechar o nosso relatório à altura dos anseios e das expectativas do povo brasileiro.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa., Deputado Rubens Otoni.

Tenho a honra de anunciar a presença do Deputado Federal Rui Costa e do Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia, Sr. Carlos Brasileiro.

Informo ao Plenário que as inscrições para o debate já estão abertas. Quem tiver interesse, pode procurar o Cerimonial, aqui ao lado, e fazer a sua inscrição.

Passo a palavra ao primeiro palestrante, Dr. Celso Castro.

O SR. CELSO CASTRO - Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, na pessoa de quem cumprimento toda a bancada federal; eminentes Deputados baianos, Deputados Waldenor Pereira, Deputado Daniel Almeida, propositores desta sessão; embora ausente, eminente Presidente desta Assembleia Legislativa, na pessoa de quem cumprimento os Deputados Estaduais presentes; meu caro amigo Prefeito Luiz Caetano, na pessoa de quem saúdo todos os Prefeitos dos Municípios da Bahia — ele que ocupa hoje a presidência da União dos Municípios da Bahia; Deputado Reinaldo Braga, Presidente da nossa Comissão Estadual da Reforma Política; professores aqui presentes; meus colegas de universidade; minhas senhoras e meus senhores, a reforma política é sempre um tema que precede naturalmente todas as reformas. E precede na medida em que, numa democracia representativa, o eixo a partir do qual se desatam todas as decisões se dá, evidentemente, por aqueles que representam a população que os elege.

Então, se falamos em reforma tributária, se falamos em reforma administrativa, se falamos em reforma do processo trabalhista, se falamos em reforma econômica das bases do País, privatização e não privatização, tudo isso decorre de uma base política de que efetivamente dispomos.



Devo dizer aos senhores que encaro a reforma política por dois ângulos. De um lado, com a esperança ou com a certeza de que algo deve ser mudado; de outro, com a pressuposição de que as dificuldades desta mudança são muitas.

Em primeiro lugar, nós temos uma pedra de toque, que é a transparência. Essa transparência é que deve levar a uma relação tanto quanto possível simétrica entre os representantes e os representados. E nós, infelizmente, percebemos que a representação política nem sempre corresponde à base da representação popular.

No meio do caminho — e já foi dito aqui — há um problema que se torna cada vez mais incontornável, eu não diria difícil, que é a interferência do poder econômico na formação da base política. Esse diagnóstico há de ser feito, sob pena de se corromper inteiramente a formação da base política.

Sabemos, e não se ignora, que a cada dia as campanhas se tornam mais caras. Houve um tempo em que as representações eram censitárias, e só as pessoas ricas tinham acesso ao poder. E há hoje uma realidade que cada vez mais se aproxima disto: as pessoas que não dispõem de recursos econômicos não chegam à representação política.

Efetivar esse diagnóstico com muita tranquilidade há de ser o primeiro passo para combater suas causas. As soluções que se hão de apresentar passam seguramente pela resposta a esta questão: como permitir que pessoas com boas ideias e bons projetos, com boa capacidade de contribuir para a causa pública, mas desprovidas de um arsenal econômico e financeiro, galguem a base da representação política?

Essa me parece uma questão nuclear dentro de todos os problemas que aparecem. Todas as demais vão estar vincadas nesse divórcio efetivo que existe entre uma representatividade real e uma possibilidade econômica de se alcançar essa representação.

Vivemos, sem dúvida nenhuma, um problema muito sério também: por que a reforma política não motiva a população? Porque essa população, muita vez, não alcança, por exemplo, o papel que desempenha o Parlamento. Nós vivemos um momento em que a atividade parlamentar vive uma atrofia, diante de uma hipertrofia da atividade executiva. Vale dizer: mais de 90% dos projetos de importância para o País vêm do Executivo, quando não vem, hoje, do próprio Judiciário. Por exemplo:



questões a que se espera que o Parlamento nacional ofereça uma resposta migram da voz do Supremo Tribunal Federal ou ecoam da voz das medidas provisórias.

E esta é uma questão da base da representação: que papel pode ser reservado ao Parlamento, para saber como esse Parlamento, efetivamente, pode ser moldado, pode ser criado, pode ser constituído?

Nós vivemos um problema muito sério: a judicialização da política. Nós que temos uma vida acadêmica no Direito, uma vida profissional na advocacia, percebemos que, muita vez — e esse é um aspecto que diz respeito, sim, à vontade política —, o voto de um juiz anula toda uma votação outorgada pela soberania popular. Por quatro votos a três, numa situação absolutamente duvidosa, perde-se um mandato conquistado nas urnas. Essa é uma questão do espaço que a classe política perde, entrega e outorga ao Judiciário. E, nesse momento, a sua formação de base se torna uma questão problemática.

O aspecto da reforma política... Dizer: *“Teremos uma lista fechada,”* — como disse o Deputado Rubens Otoni; obviamente, que já é fechada nas convenções — *“preordenada ou pós-ordenada”*... Há uma questão básica: o financiamento público excluirá o financiamento privado? Porque nós temos hoje o financiamento privado lícito e o financiamento privado ilícito, esse financiamento privado que se chama despesas não contabilizadas. Eufemisticamente, despesas não contabilizadas, mas que podem ser chamadas de caixa dois. Não há problema em que haja caixa dois, desde que a população brasileira toda tenha “caixa um”. Essa é uma questão básica. O caixa dois será legitimado quando toda a população brasileira tiver “caixa um”, pelo menos.

Então se diz: *“Olha, eu não vou correr o risco de fazer uma estatística, porque todas as estatísticas são um pouco falsas. Dizem, por exemplo, que o pão mata porque 90% das pessoas, 24 horas antes de morrer, teriam comido pão. Então, as estatísticas são, na verdade, um tanto quanto ilusórias.”* Mas é possível afirmar que boa parte do que se chama de financiamento privado se constitui de verbas ilícitamente carregadas para a formação da representação política.

Essa questão não está, no meu modo de ver, adequadamente enfrentada. O financiamento privado quanto compõe do financiamento real das campanhas? E mais: ao se instituir o financiamento público, como se conseguirá evitar que o



financiamento privado, legal ou ilegal, continue a comparecer dentro desse processo?

São questões que dizem muito fundo, dentro desse aspecto. Formar-se uma lista preordenada quando não temos sequer a ideia da fidelidade partidária? O casamento partidário torna-se obrigatório; a fidelidade, não! Eu não conheço Parlamentares que sejam expulsos ou que se desliguem dos seus partidos por contrariarem os programas das agremiações. A consciência partidária é pouco existente. Como se vai fazer?

Todavia, não fiquemos na crítica. Alguns aspectos podem de logo avançar. Façamos o que é possível. Não há nenhuma razão de se paralisar este País a cada dois anos com eleições fracionadas. Sejam realistas! Façamos o que está ao nosso alcance! Acho que, neste instante, a unificação do processo eleitoral verticalizado, das eleições de Vereador a Presidente da República, é uma demanda de que o País necessita, inclusive para reparar ou para impedir essa influência espúria do poder econômico na formação do conjunto político, e isso está à mão.

Quando eu digo que isso está à mão é porque vejo outros problemas mais sérios para resolver. É difícil, na verdade, que algum Parlamentar que tenha voto pessoal aceite a lista preordenada; ele sempre dirá que as convenções não representam isso. Em contrapartida, as agremiações que já têm uma certa sedimentação dirão que a lista preordenada é a melhor solução. Nós temos outros problemas sobre os quais buscaremos algum consenso, e eu vejo, por exemplo, que temos de avançar na unificação do processo eleitoral, mesmo porque este é um dos poucos países do mundo — pasmem os senhores! — que para diante das eleições, é um dos poucos países do mundo onde há leis que proíbem obras públicas próximo das eleições, porque se imagina que as pessoas são contaminadas pelas obras públicas, e esse é um processo educacional vesgo; se nós não formarmos a base educacional, não teremos nada.

Certa feita perguntaram-me, como professor de Direito Administrativo, como se pode ver a questão da infraestrutura no País, a infraestrutura governamental ou privada, e eu disse que a infraestrutura decorre de uma base que substancialmente não tem sido dada. Ah, não temos infraestrutura aeroportuária? Ora, quando tivermos infraestrutura educacional teremos infraestrutura política, aeroportuária,



tributária, e toda a base da infraestrutura. Notem que os problemas que vivenciamos, com as corrupções nos financiamentos privados, com as bifurcações em que o eleitor não se identifica com seu representante, decorrem sobretudo da falta de uma das bases mais importantes, que é o processo educacional. O processo educacional é que há de nos levar à formação política, que há de melhorar a nossa representação. Pudéssemos dar uma sugestão, diríamos que a reforma política comparece como supraestrutura de uma infraestrutura inafastável, que é a base educacional. Essa base educacional há de gerar uma simetria, aproximando o mais possível representantes e representados. Evoluamos, sim, nesse sistema.

Bem vindo, Sr. Presidente, a esta terra da Bahia, trazendo este debate tão elegante, tão oportuno, tão propício. Cresçamos, sim, nesta meta de reformar os modelos e as velhas estruturas. Cresçamos com a realidade. Avancemos nos pontos em que podemos avançar, sem esquecer que efetivamente algo na base, algo na infraestrutura, algo no processo de conscientização deve ser feito.

Penso, por exemplo, que a propaganda unipessoal — só para arrematar, porque não ousa mais roubar-lhes o tempo — pode ser cambiada pela propaganda dos partidos. Afinal, o que os partidos defendem? E usamos o programa eleitoral, que se diz gratuito, para enaltecer qualidades pessoais dos candidatos, mas muito pouco para dizer das plataformas partidárias. Quantos aqui? Ouvi certa feita um americano dizer: “O meu avô já votava nos democratas, e eu quero continuar votando com os democratas”. Quantos de nós votou o tempo inteiro em um partido só?

A cultura partidária ainda precisa crescer, e muito. Ao crescer essa estrutura, aí, sim, poderemos falar das suas derivações.

Neste instante, evoco a Bíblia: creio, senhores, mas aumentai a minha fé. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Presidência agradece a V.Sa. a sábia manifestação, ao tempo em que tenho a honra de anunciar a palavra do Dr. Augusto Aras, professor de Direito da UnB e membro do Ministério Público Federal.

O SR. AUGUSTO ARAS - Sr. Presidente Deputado Almeida Lima, saúdo V.Exa. e todos os nossos vizinhos e conterrâneos da Bahia que são os bravos



sergipanos; Sr. Deputado Rubens Otoni, Sub-Relator da Subcomissão de Reforma Política da Câmara; Srs. Deputados que muito nos honram na representação baiana nesta Comissão, Waldenor Pereira, Luiz Alberto e Daniel Almeida; saúdo também os nossos Deputados Estaduais nesta Casa do povo da Bahia, porque muito me honra vir a esta tribuna hoje, aceitando este convite por demais relevante para marcar a participação da nossa política e dos nossos políticos nos destinos do Brasil. Saúdo na pessoa do nosso Prefeito Caetano todos os Municípios da Bahia; saúdo a Vereadora Olívia, as mulheres baianas, as Deputadas aqui presentes. Saúdo os Srs. Deputados, Prefeitos, Vereadores, colegas professores presentes.

Minhas senhoras e meus senhores, este momento é por demais importante. E é importante porque parece que democracia tem a ver, Sr. Presidente, com amor. Parece que nós temos de lembrar todo dia o que está escrito no parágrafo único do art. 1º da Constituição: *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*. Parece que nós temos de dizer todos os dias: amamos a nossa querida Pátria. Temos de repetir todos os dias que nós amamos a democracia, para não esquecermos o que é democracia, e a democracia participativa é isto. A maior parte dela é exercida pela democracia representativa, democracia essa que provê os cargos do Executivo e do Legislativo. Temos a democracia direta, pela via do referendo, do plebiscito e da iniciativa popular; temos a democracia diretamente participativa, consubstanciada no direito de representação aos Poderes públicos, dentre outras manifestações; enfim, nós temos uma democracia — mas que democracia nós queremos, senhores? Qual é a democracia que nós queremos? Perguntava o baiano e acadêmico Eduardo Portela, no último final de semana, na *Folha de S.Paulo*: que democracia nós queremos?

E aqui eu tenho de fazer uma breve retrospectiva, Srs. Deputados, acerca da importância dos partidos políticos. Nós temos acompanhado, nós acompanhamos no Senado, estamos acompanhando na Câmara a discussão de temas relevantíssimos: sistema eleitoral, lista fechada, aberta, mista, distrital, “distritão”, “distritinho”; temos acompanhado discussões sobre financiamento público, candidatura avulsa, fidelidade, limite de gastos, reeleição; mas nós temos de voltar à origem. Nós não podemos, *data venia*, senhores, discutir esse assunto sem tratarmos da base, da



causa. A nossa causa é o partido político! Por quê? Porque nós sabemos que quando o homem pensou em democracia, há 2.500 anos, buscou institucionalizar os conflitos existentes na sociedade-Estado da Grécia, institucionalizar conflitos com base no *logos del razonable*, com base na razão como o móvel para solucionar os litígios daquela época, e assim se construíram todas as instituições políticas e jurídicas do nosso tempo.

E o partido político? Para que serve o partido político, de que não se fala nessa reforma, o que me causa espécie, o que me causa preocupação? Sem partido político nós temos a mitificação, nós temos a idolatria, nós temos os salvadores da pátria, nós temos os supostos heróis, nós tivemos todos os ditadores do Século XX, de Hitler e Mussolini aos nossos caudilhos, aos nossos coronéis! E nós vivemos, senhores, nas páginas da imprensa baiana e nacional, problemas partidários veementes. Temos na Bahia, como mostraram os jornais da semana passada, grandes questões partidárias; no plano nacional, o surgimento de um partido que se tornou, de repente, o desaguadouro de todos os insurretos, ou de todos os insatisfeitos.

Nós não podemos desprezar o fato de que no pós-Segunda Guerra Mundial as nações vitoriosas procuraram uma solução: institucionalizar os conflitos políticos por meio da despersonalização, institucionalizar o Poder por intermédio dos partidos políticos. Por isso, no pós-Segunda Guerra surge o quê? Aquele movimento de constitucionalização dos partidos políticos, aquilo que a doutrina chama de “Estado parcial de partidos”, para não ser confundido com “Estado de partido”, ao qual está intimamente ligada a ideia do partido único.

O Brasil é reconhecido como um Estado parcial de partidos, e assim é porque não permite, não admite candidaturas avulsas, mas eu vejo que há no Senado propostas de candidatura avulsa, e o Supremo Tribunal Federal já disse que isso é inconstitucional. É cláusula pétrea! Não se pode admitir candidatura avulsa no Brasil nem por experiência! É cláusula pétrea, senhores! O Supremo já disse que tudo que se contém do art. 5º ao 17 sobre partidos políticos é cláusula pétrea, são direitos políticos, são direitos e garantias fundamentais. E por que isso? Para que nós não tenhamos novos ditadores, novos coronéis, novos caudilhos.



Mas a fidelidade partidária nos trouxe elementos novos ao cenário político nacional. E o que foi isso? Aquilo que está no meu livro, cuja tese sobre o atual mandato político representativo partidário foi acolhida no Supremo: a ideia de que haveria naturalmente uma fase de transição. E, em face da ideia de que surgiriam os donos dos partidos, surgiriam as cúpulas partidárias, de cima para baixo, impondo sua vontade sobre as instâncias intermediárias, que são os diretórios regionais, distritais e os diretórios municipais, nós prevíamos que seria necessário parar para discutirmos o assunto, seria necessário parar para sabermos como nós iríamos respeitar a base do regime democrático.

A democracia extrai a sua legitimidade material da vontade popular, ou seja, da vontade que emana da base. Teoricamente, a Casa Legislativa mais importante deste País é a Câmara Municipal, porque ali é a base física dessa vontade, mas as Casas que estão fazendo esta interlocução entre as Unidades da Federação e o Estado brasileiro são as Casas estaduais. Nós temos uma estrutura federativa, e o que está ocorrendo no Brasil é a subversão da democracia. Vemos a cada dia, a cada instante, as cúpulas nacionais imporem aos diretórios estaduais, e esses aos municipais, vontades caprichosas de alguns, e isso subverte a ordem democrática.

Daí por que, senhores — e eu não quero também ultrapassar o tempo —, fica a pergunta: por que não se está tratando nessa reforma do respeito à autonomia partidária, no particular das instâncias partidárias, especialmente das instâncias municipais, das instâncias estaduais, sempre num contexto de baixo para cima? É assim que se manifesta o ideal democrático, calcado nos princípios da liberdade, da igualdade, da dignidade da pessoa humana, de que o homem é o fim em si mesmo, de que o homem encontra seu valor máximo universal na escolha dos seus próprios destinos, quando escolhe seus representantes das respectivas políticas públicas. E aqui eu pergunto: ora, de sistemas eleitorais não há brasileiro que nunca ouviu falar, mas quantos brasileiros sabem que em pesquisa feita na academia foram encontrados 36 modelos de sistema eleitoral no Brasil?

A pergunta é: qual é o modelo melhor para o Brasil? Alguém sabe qual é o melhor modelo para o Brasil? Parece-me que não, por uma razão muito simples: porque essa é uma decisão política de cada povo. O Brasil, por intermédio da Comissão de Reforma aqui presente, poderá decidir-se por propor um modelo que



seja peculiar ao Estado brasileiro, que atenda às nossas necessidades, que atenda à nossa democracia. Então, não existe um modelo democrático próprio, específico para o Brasil. Não, esse modelo há de ser construído por V.Exas., Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores, auscultando a nossa realidade sociológica, a nossa realidade política, auscultando a vontade do povo.

Então, para que falar de sistema de lista fechada, se hoje quem irá para a lista fechada serão as cúpulas partidárias, seus parentes, seus entes afetivos, seus correligionários? Ou nós queremos um novo México, aparelhado com um PRI de 72 anos que levou o México a um estado sofrido, catastrófico, de criminalidade? O que é o aparelhamento senão essa ausência de capacidade de sentir, de oxigenar a democracia mediante um permanente rodízio das suas lideranças?

Srs. Deputados, o que é que nós podemos imaginar de uma juventude que não tem nenhuma garantia de se alçar a um cargo público, porque essa juventude não sabe se terá legenda para se candidatar? Deputado Targino, conheço o trabalho de V.Exa. V.Exa. foi um homem muito corajoso, tem sido corajoso nas suas posturas, ao dizer certas verdades. Talvez o que eu esteja dizendo aqui não interesse a muitos, ou a alguns, mas interessa especialmente à juventude, que precisa renovar a sua esperança num Brasil melhor, e renovar por intermédio do partido, tendo essa juventude oxigenando-o em todas as instâncias.

Este é um tema que me é caro: lista fechada. Quem vai compor a lista fechada se não há respeito às decisões das instâncias partidárias municipais e depois das estaduais?

A segunda questão que levanto aqui é o financiamento público de campanha. Já temos financiamento misto. Nós o povo brasileiro pagamos R\$ 1 bilhão por ano de compensações fiscais do horário da propaganda partidária gratuita e eleitoral gratuita, R\$ 1 bilhão de compensações; temos o Fundo Partidário; ou seja, temos, sim, muito dinheiro nosso, do povo brasileiro, investido. Agora no mês de maio, dia 29, nós acabamos de pagar os nossos tributos. Trabalhamos durante quase 6 meses para pagar os nossos tributos; R\$ 1 bilhão foi para as emissoras de rádio e televisão. Bom, mas o que é que nós queremos, se nós não oxigenamos o partido, se nós não respeitamos a autonomia das bases partidárias? Nós queremos o quê? Além de as cúpulas partidárias apoiarem os seus próprios familiares, os seus amigos



e correligionários, alimentando o fisiologismo, alimentando o clientelismo, aparelhando o Estado, nós queremos também que nós paguemos a conta da eleição deles? É outra pergunta que se faz, não é?

Bom, mas se diz muito que partido político é fraco. Ora, como é que nós podemos ter partido político forte, se nós não temos até hoje uma fidelidade, e efetivamente incrustada na consciência dos nossos cidadãos? Nós só teremos partidos fortes se tivermos fidelidade. A Inglaterra é tão rígida na fidelidade que há um corregedor de cada partido dentro do Parlamento inglês. O italiano, que não conseguiu instalar esse sistema, ao menos estabeleceu que o indivíduo, na fidelidade, pode respeitar a opinião do partido não votando. E nós temos outros sistemas. Nos Estados Unidos ninguém ousa — ninguém ousa! — mudar de partido, não se conhece nenhuma hipótese de mudança de partido.

Mas, senhores, há outros assuntos que me fazem ser tomado de alguma perplexidade, como a ideia de que eleição é ruim. Eleição nunca foi ruim! A democracia americana faz-se em cima de eleição, a tal ponto que tem 45 dias que o Prefeito de Miami-Dade sofreu um *recall*. O Prefeito de Miami-Dade foi destituído, da mesma forma como foi eleito, pelo povo de Miami-Dade. O ex-Governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger foi eleito para um mandato tampão, porque foi destituído. E na reforma de 2009 — e eu participei, junto com a comissão da OAB, da UnB, do Senado e da Câmara, dos estudos da reforma — houve o acréscimo de uma norma fundamental, que é a obrigação que têm os candidatos ao Executivo de estabelecer programa de governo. Para que é que nós temos a obrigação de programa de governo se não há a obrigação política do gestor, do Prefeito, do Governador, do Presidente, de cumprir o programa de governo? Ou nós podemos ignorar a doutrina norte-americana, segundo a qual não existem palavras inúteis na lei? Qual é a consequência? A consequência é que os nossos bravos Deputados e Senadores... E eu digo bravos porque o Legislativo é o Poder mais legítimo deste País. Numa democracia, este é o Poder legítimo. E, na história da nossa civilização ocidental, o Poder que se contrapôs ao absolutismo foi o Legislativo. Nem Montesquieu acreditava no Judiciário, embora nós acreditamos ser ele a última trincheira contra as injustiças.



Então precisamos, sim, precisamos ter eleição, mas não é eleição de 2 em 2 anos, não; nós precisamos, até o amadurecimento deste povo, ter eleição todos os anos, porque quando nós temos eleição nós temos todas as comunidades interessadas nos fatos políticos, interessadas nas políticas de governo, ainda que alguns digam que isso é cansativo e desgastante.

Eu não vim a esta tribuna, senhores, senão para defender partidos fortes, partidos fortes em que a autonomia partidária se faça de baixo para cima, e não para que haja efetivamente uma ditadura intrapartidária, que é o que se vem verificando em todo o País, e o Judiciário já é testemunha desse fato.

Para concluir, senhores, quero dizer que estive atuando no CADE, no Conselho Administrativo de Defesa de Defesa Econômica, por 2 anos. Afastei-me de lá no dia 20 de dezembro de 2010. Cada processo que parava na minha mesa minimamente valia R\$400 milhões, ou 20% do mercado nacional. A cada mês tínhamos 100 processos na mesa; ou seja, tínhamos entre R\$20 bilhões a R\$40 bilhões entrando no País, ou circulando no País. Eu só quero dizer, senhoras e senhores, que durante 1 ano e meio lá estive e a imprensa nunca foi lá, até o dia em que cheguei ao Conselho Federal da OAB e bradei: como é que nós temos um órgão, uma autarquia federal com tamanha importância que por mês julga o equivalente a R\$40 bilhões de capital que circula na Nação, e nem a imprensa entra aqui?

Dias depois apareceram os três grandes veículos de circulação nacional, e a partir daí começamos a ter alguma transparência. Saí de lá, deixamos multas no valor de R\$5 bilhões contra grandes cartéis, deixamos mais R\$20 bilhões de multas para serem aplicadas em 2011 e 2012, e nada disso é dito.

Isso é cidadania! Isso é política! Isso é o dinheiro que vai circular nas eleições, e é dinheiro que o povo brasileiro precisa saber para onde vai.

Transparência, sim! Democracia, eternamente!

Obrigado, senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço as palavras do Prof. Augusto Aras.

Tenho a honra de registrar a presença do Deputado Federal José Rocha, de Ilka Vilas Boas, Vice-Prefeita de Brumado, do Vereador Pedro Godinho, Presidente



da Câmara Municipal de Salvador, da Vereadora Olívia Santana, Ouvidora da Câmara Municipal, de José Epifânio da Silva Filho, Vereador de Vera Cruz, e da Sra. Edilene Paim, Vereadora de Coração de Maria, articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas.

A partir deste momento, a Presidência vai alternar o uso da palavra entre um membro da Mesa e um da plenária. O propósito, como se disse inicialmente, é ouvir a Bahia acerca da proposta de reforma política para o País.

O primeiro inscrito da plenária é o Deputado Federal Luiz Alberto, que está na Mesa. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente Deputado Almeida Lima, membros da Mesa, Deputado Rubens Otoni, Deputado Daniel Almeida e Deputado Waldenor Pereira, que propuseram esta conferência aqui na Bahia, para ouvir os baianos e as baianas sobre a reforma política, eu queria não me alongar muito, até porque o nosso Relator já expôs aqui todos os temas que esta Comissão vem debatendo, apresentando-se para propor uma reforma política de acordo com os anseios da sociedade brasileira; no entanto, como disse o nobre conferencista Celso Castro, que evocou aqui a Bíblia, eu tenho os meus otimismo, mas também os meus pessimismos, talvez mais pessimismo do que otimismo.

E gostaria também, aqui, Sr. Presidente, de marcar uma posição que sempre defendi, em relação à questão da reforma política. Eu concordo com o nobre conferencista, que disse que ela é a matriz principal de todas as reformas, até porque é ela que vai construir as ferramentas, os instrumentos da disputa de poder no nosso País, e que portanto poderá definir a composição dos espaços de poder, seja no Legislativo, seja no Executivo. Portanto, eu, desde sempre, desde o início, tenho defendido que a única possibilidade de fazer uma profunda reforma política no nosso País seria por meio da convocação de uma Constituinte exclusiva.

Não acho que haja a possibilidade de se fazer uma reforma política; na minha opinião, e aqui já foi dito por vários dos companheiros que me antecederam, não há um único tema de consenso naquela Casa. Nenhum! Portanto, não é possível chegar-se à conclusão de que um Congresso que foi eleito com essas regras queira mudar as regras das quais ele tem o controle. Portanto, eu acho muito difícil que a gente consiga evoluir para uma reforma política, a não ser em questões pontuais,



laterais, do debate que estamos fazendo, como a questão do financiamento público, por exemplo — que não é consenso; o nobre conferencista Augusto Aras colocou-se aqui em posição contrária ao financiamento público, se eu entendi bem.

Acho que o financiamento público é fundamental, até porque se pegarmos hoje o volume de recursos que foram utilizados legalmente na última eleição para a composição das Casas Legislativas no plano estadual e no plano federal para fazer uma avaliação, eu acredito que verificaremos que a maior parte, o maior volume dos recursos utilizados nas campanhas veio das empresas, das grandes empresas que financiaram a campanha, e isso sem considerar os chamados recursos não contabilizados, que talvez sejam superiores àquilo que foi registrado na Justiça Eleitoral. Portanto, acho que essa é uma questão central.

Em segundo lugar, eu acredito, e tenho dito isto nas oportunidades que tive, Presidente Almeida Lima, de participar dos debates daquela Comissão, que a reforma política, por ser o debate que vai ou que pretende modificar as regras, os instrumentos de disputa do Poder, não pode correr o risco — eu tenho meus pessimismos, como disse aqui — de só aprovar leis que diminuam o custo da campanha, que facilitem a vida dos que disputam a eleição ou que já estão no sistema disputando a eleição, se ela não atentar para a questão central. A reforma política tem de viabilizar é o aprofundamento da democracia brasileira, com a participação plena das populações.

E quando falo em populações refiro-me aos mais variados perfis culturais que o nosso povo tem. E eu quero voltar a este debate: a população negra brasileira, Sr. Presidente, hoje, segundo o IBGE, representa 51% da população do País; nós temos hoje na Câmara dos Deputados menos de 5% de representação da população negra, e menos ainda no Senado!

E eu quero aqui parabenizar V.Exa., porque teve a ousadia de propor, e a Comissão assim aprovou, percorrer o País, discutir com a sociedade, levantar as polêmicas, mas isso, acredito eu, com toda a nossa boa vontade, não será suficiente para que haja uma participação popular expressiva.

Defendo — e inclusive o Presidente Lula esta semana voltou a tocar nesse ponto; ele disse que provavelmente nós teremos de voltar a discutir essa questão — a convocação de uma Constituinte exclusiva, porque, pelo andar da carruagem,



difícilmente nós faremos a reforma política por que a sociedade reclama. Nós saímos da eleição, todos nós, principalmente os dos partidos mais populares, assustados, com o poder econômico determinando a eleição. Assustados! Mas nós não podemos fazer uma reforma política somente por isso.

O Congresso é assim. Toda vez um crime hediondo é cometido no País, o Congresso diz: precisamos mudar a legislação criminal, aumentar a pena, e aí começa. É a mesma coisa na reforma política.

Na minha opinião, a Constituinte exclusiva levaria necessariamente — necessariamente! — os candidatos á Constituinte a irem para a rua defender as suas posições, mobilizar a sociedade, ou aquela parte da sociedade que os candidatos potencialmente representam, para defender as suas opiniões, e, mais ainda, carimbar no seu debate e na sua eleição as propostas que defenderam publicamente na conformação da Assembleia Constituinte exclusiva.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria aqui, finalizando, de saudar a Mesa. O Prefeito Luiz Caetano tem feito um grande trabalho à frente da UPB. Prefeito, não é tema nosso aqui, mas quero lembrar a V.Exa. o debate sobre os *royalties* que vamos fazer. E são temas como esse que, se a composição do Congresso é deformada pelo poder econômico, são questões centrais para o povo que não avançam, em função da correlação de força que o grande empresariado determina no financiamento privado de campanha.

Então, Sr. Presidente, vou encerrar aqui dizendo que há um requerimento meu que foi aprovado naquela Comissão, no sentido de chamar dois cientistas políticos para debater e colocar à disposição da Comissão dramáticas informações acerca da exclusão da população negra. Quero só deixar um dado histórico: quando o Brasil saiu da escravidão, instituíram-se instrumentos de exclusão da população negra, como é o caso, que perdura até hoje, de uma meia cidadania, que me parece — e isto os conferencistas podem ou não confirmar — que só o Brasil tem. O analfabeto brasileiro que foi construído ao longo da história, que somos nós da população negra, tem um meio direito: ele pode votar, mas ele não pode ser votado. E antes, lá atrás, ele não podia votar nem podia ser votado. Exclui-se, pune-se a vítima; quando o Estado negligencia o direito ao acesso à educação, em vez de



punir o Estado, pune-se a vítima, aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar uma escola, que portanto somos nós, os analfabetos.

Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de colaborar aqui, nesta conferência aqui no nosso Estado, a Bahia. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Diante do número crescente — o que é muito bom — de inscritos para fazerem uso da palavra, a Presidência toma a decisão, antipática, é bem verdade, de pedir à nossa assessoria da Mesa que ao término de 2 minutos nos chame a atenção, para que com mais 1 minuto, no total 3, portanto, o orador conclua a sua palavra.

Convido para se aproximar do microfone o Deputado Capitão Tadeu Fernandes — o objetivo era exatamente um da Mesa e um do plenário —, ao tempo em que anuncio a presença do professor da Universidade Federal da Bahia Paulo Fábio Dantas Neto, de Andréia Lisboa de Sousa, Coordenadora da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Colaboradora do Instituto Cultural Steve Biko, de Isadora Brito, da Agência Nacional do Petróleo, de Ronaldo Rodrigues, do Sindicato dos Químicos e Petroleiros, de Terezinha Barros, do Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas, de Marilda Maria da Cruz, Presidente da Associação Comunitária Beneficente de Baiacu, de Alderico Sena, Presidente do Movimento dos Aposentados do PDT, de Tiago Fernandes, Presidente do DCE da Universidade Estadual de Santa Cruz, de Valdemir Lima, do Movimento Negro Unificado, e de José Raimundo de Jesus dos Santos, Secretário de Comunicação do PT de Camaçari.

Tem a palavra V.Exa., nobre Deputado.

O SR. CAPITÃO TADEU FERNANDES - Sr. Presidente Almeida Lima, Deputado Federal aqui presente e autoridade na pessoa de quem eu cumprimento todos os presentes na Mesa e no plenário, eu às vezes fico preocupado com a imagem de V.Exas. que compõem esta Comissão, que pode sair desgastada perante o Brasil, porque a expectativa é muito grande, de todos os brasileiros, quanto a essa reforma política, e a gente sabe da dificuldade que há de se chegar a um consenso numa Casa Legislativa como aquela. Então, as dificuldades de consenso vão ter tão grandes que às vezes eu fico imaginando o desgaste que V.Exas. poderão sofrer. Mas o homem público tem que ter a coragem de enfrentar



as dificuldades, e enfrentá-las com inteligência e sabedoria, para o bem do Brasil. Aliás, foi para isso que nós fomos eleitos.

Para ser rápido, eu queria apenas tocar em quatro pontos, emitindo a minha opinião pessoal, mas que isso possa contribuir para os senhores na hora de avaliar. Ao consenso se vai chegar a partir do momento em que se ouçam várias opiniões, e eu gostaria de deixar aqui a minha.

Com relação ao poder econômico, não preciso repetir o quanto é uma preocupação no Brasil inteiro. A fonte de corrupção hoje está lastreada no financiamento de campanha, nos moldes em que ela está. Então, tem-se de se pensar, sim, numa reforma política que reduza ou que anule essa dependência econômica do poder privado.

Uma questão para nós avaliarmos: o voto facultativo. Eu entendo que numa democracia não se pode obrigar o eleitor a votar. Eu entendo que cabe aos políticos serem convincentes e convencerem os seus eleitores a irem as urnas votar, mas não irem apenas pela obrigatoriedade das urnas. É a minha opinião sobre o voto. Que sejamos competentes em convencer o eleitor a ir às urnas para votar em nós, mas não obrigá-los.

Com relação voto distrital — acho muito importante a questão do voto distrital —, não tem cabimento um ex-Prefeito de uma cidade do sul da Bahia, como exemplo apenas, dirigir-se ao norte da Bahia para pedir votos naquela cidade, quando ele não tem nada a ver com aquela região. Todos nós sabemos que ele não vai trabalhar para aquela região. Isso encarece o voto, o custo de campanha, e ele não vai ter legitimidade para representar aquela cidade. Então, o voto distrital é muito importante, mas o distrital misto, porque há aqueles que trabalham com ideias, com projetos, e não com região. Então, o voto distrital misto eu acho que vai reduzir muito a questão do custo de campanha e dar mais dignidade ao eleitor.

E por fim, Sr. Presidente, eu queria aqui deixar uma sugestão sobre a questão do voto em trânsito. Não é justo que os trabalhadores que sustentam a democracia, no dia da eleição, aqueles servidores públicos que se dirigem para outras cidades, para ajudar na organização das eleições, não possam votar. Então, deixo aqui a sugestão de que seja permitido, e hoje já há tecnologia para isso, que aqueles que



estiverem trabalhando para garantir a democracia possam participar da festa da democracia com voto. É muito importante essa última sugestão.

Obrigado. Parabéns a todos vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. as palavras e a atenção.

Convido o Deputado Estadual Reinaldo Braga, Presidente da Comissão Extraordinária para discussão da reforma política da Assembleia Legislativa da Bahia, para fazer uso da palavra, ao tempo em que anuncio a presença do Dr. Fabrício Bastos, advogado, de Augusto Souza de Aras, também advogado, de Washington Fernando Franco, Presidente do Partido dos Trabalhadores de Brumado, de José Antonio Fontes, educador de Salvador, de Carolina de Jesus Souza, estudante, e de Rafael Santos Borges, quilombola de Água Fria.

Solicito também ao Deputado Rubens Otoni que assuma a Presidência por alguns instantes, por gentileza.

Com a palavra V.Exa.

O SR. REINALDO BRAGA - Sr. Presidente Deputado Almeida Lima, demais membros da Mesa, quero aqui fazer referência aos palestrantes, Dr. Celso Castro e Augusto Aras, e aos membros desta Comissão Rubens Otoni, Daniel Almeida, meu caro ex-colega e grande Parlamentar Waldenor Pereira e Luiz Alberto, também Deputado Federal.

Meus colegas Deputados estaduais, Deputado Federal aqui presente Jânio Natal, eu quero iniciar a minha fala dizendo que fiquei muito feliz por ouvir aqui os palestrantes, e também os oradores Deputados que me antecederam, dizerem que essa reforma política é realmente importantíssima. E bem frisou aqui o Deputado Luiz Alberto que toda vez que acontece algo monumental, algo que mexe com a sociedade, o Congresso tende a acordar para tomar algumas providências. A reforma política é fruto também disso. O Poder Judiciário, talvez até de propósito, vendo que o Congresso não andava na reforma política, não aprimorava o seu sistema eleitoral, começou a interferir. É o que chamou aqui o conferencista Celso Castro de judicialização da política. Começou a interferir, e acho que de propósito mesmo. Começou com a verticalização, a fidelidade partidária, o voto com dois



documentos; agora tem-se de levar carteira de identidade que tenha foto, e antes era só, o título não precisava de foto. E por aí vai.

Isso mexeu no íntimo, no interior, lá na profundidade, com os Congressistas, porque que a nós todos, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores, começaram a nos atacar, dizendo: vocês estão fazendo o quê, aí? O que é que os senhores estão fazendo aí? Eu ouvia isso em cada esquina em que passava na cidade do interior, em cada beco que frequentava eu ouvia isto: o que o Congresso está fazendo que não legisla? Quem está legislando é o Poder Judiciário! Isso mexeu no íntimo, no foro íntimo de cada um, de cada Parlamentar. Essa reforma vai sair talvez até por isso. Mas ela depende muito — e a gente sabe disso, infelizmente — do Poder Executivo.

Como eu ouvi, no fim do seu mandato, o Presidente Lula dizer que ia abraçar a causa da reforma política, e também a Presidente Dilma dizer, no seu primeiro discurso, que a reforma política era uma prioridade, eu estou crente de que ela vai avançar. Estou crente disso. Quando o Senado criou uma Comissão Especial para tratar dessa reforma, e logo após a Câmara também o fez, eu animei-me mais ainda, e aqui já fiz uns três pronunciamentos a esse respeito. E tive a ideia também, em requerimento ao Presidente da Casa, de solicitar a criação de uma Comissão Extraordinária para tratar desse assunto, não com o objetivo de decidir, porque nós não temos esse poder nem essa função, essa competência, mas o de colaborar com o Congresso Nacional — com a Câmara e com o Senado — com sugestões. É o que nós estamos fazendo, reunindo e discutindo, para ver se chegamos a um denominador comum e levamos alguma coisa para Brasília como contribuição. E posso dizer que esta Comissão que nós instituímos aqui está sendo bem prestigiada. Muitos Deputados estão interessados nas discussões e fazem parte dela.

Sr. Presidente Almeida Lima, eu fiquei até mais alegre quando, na reunião desta Comissão em Porto Alegre, li que o Presidente Marco Maia, que é gaúcho, disse que a reforma política vai avançar, vai aprovar mudanças, mas de forma gradual. E salientou que há acordo para a votação sobre financiamento público de campanhas, fim das coligações partidárias, coincidência de eleições gerais e



municipais, extensão dos mandatos dos Executivos e mudança na estrutura de suplência no Senado.

E V.Exa., competente como é — eu o conheço muito, dos seus debates no Congresso, através da televisão —, disse das dificuldades, mas afirmou que tudo no Congresso se vota em 1 semana quando há vontade política e consenso. V.Exa. fazia referência às muitas PEC que lá tramitam e disse que elas precisam de dois turnos de votação, na Câmara e no Senado. Mas V.Exa. sentenciou: tudo no Congresso Nacional se vota em 1 semana quando há vontade política e consenso.

É isto o que a sociedade espera, que nós políticos esperamos, que os Vereadores esperam: uma reforma política e eleitoral urgentíssima. Por quê? O que houve? O que nós tememos? Que a cada eleição as regras mudem com o jogo andando. A cada eleição, seja municipal, seja estadual, as regras mudam.

E eu disse durante a sua ausência, Deputado Almeida Lima, que o Judiciário, talvez de propósito, tenha começado a legislar para acordar o Congresso. Em 2004, na eleição de Prefeitos e Vereadores, depois das convenções realizadas, no dia 30 de junho, escolhidos os candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, o Supremo Tribunal Federal, interpretando a Constituição, disse que as Constituições Estaduais e a Constituição Federal não poderiam fixar o número de Vereadores nas Câmaras e mudou a composição de Vereadores nas Câmaras. Os juizes e os líderes políticos nos chamaram para mudar a ata da convenção, para tirar alguns nomes que foram colocados pelos convencionais. O jogo estava andando, e já no segundo tempo — as candidaturas estavam sendo registradas.

Eu acho que essa ideia de V.Exa. de correr o País é muito importante, porque vai ouvir depoimentos, como os que estão sendo aqui feitos, e enriquecer mais esta Comissão, para que ela produza um bom trabalho, que seja eficiente, que seja eficaz para a política brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço as palavras a V.Exa.

Fugindo um pouco à regra, mas como não ouvimos ainda nenhuma mulher, chamarei um segundo orador da Mesa, a Deputada Estadual Luiza Maia, (*palmas*) ao tempo em que registro a presença do ex-Deputado Estadual e Prefeito de Porto



Seguro, Sr. Jânio Natal, atualmente nosso companheiro Deputado Federal; de Joelson Santos da Paixão, do Movimento Negro de Água Fria; de Onivon dos Santos Souza, Presidente da Associação dos Evangélicos de Água Fria; de Fábio de Carvalho Pereira, Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores em Camaçari; de Genebaldo de Souza Correia, ex-Deputado Federal.

Com a palavra V.Exa., Deputada.

A SRA. LUIZA MAIA - Sr. Presidente, eu vou dispensar as formalidades da saudação, até porque 3 minutos não seriam suficientes para citar o nome de todo mundo.

Mas eu também sou da opinião de que foi muito importante este debate sobre a reforma política. E quero me prender em dois pontos apenas, porque não temos tempo para mais do que isso.

A questão das mulheres. O exemplo mais concreto, Olívia, não foi o de que, para chegar à Mesa mais uma, tivemos que brigar?

Então, nessa reforma, os senhores que estão no centro da discussão não podem deixar passar ao largo a questão das mulheres. O Deputado Luiz Alberto foi brilhante. Eu assino embaixo do que ele disse, porque fez muita referência aos negros. E temos de colocar no mesmo patamar a questão das mulheres. Não dá para aceitar que mais de 50% das mulheres, no Brasil — seres humanos, eleitoras —, sejam sub-representadas, da forma como ocorre hoje, nos espaços de poder.

Nesse sentido, fazemos um apelo para que sejam criados mecanismos que ajudem as mulheres a chegarem também a esses espaços. Isso é importante. E os senhores precisam nos ajudar nessa discussão. Sabemos que não vai ser uma coisa fácil. Não estou querendo atingir ninguém pessoalmente. É uma cultura que existe. É um espaço de macho, branco, rico. Com a política é assim. O poder é assim. Agora, nós mulheres não nos conformamos com isso. Não é mesmo, Olívia? Nós queremos chegar lá. Achamos importante e fundamental. Sem as mulheres, não existe a democracia.

Agora, sobre o consenso — e também foi Luiz Alberto que disse — e a dificuldade de formá-lo no Congresso, a solução é muito simples, minha gente: o consenso nós formamos botando o povo para dizer o que quer. Não é, Terezinha? E nós temos um exemplo na nossa história: na Constituinte de 1988, éramos apenas



vinte e poucas mulheres Deputadas. No entanto, a nossa organização, a nossa força, o nosso “lobby do batom”, como era chamado, fizeram com que conquistássemos vários avanços na Constituição.

Então, eu acho que precisamos fazer a mesma coisa. Consenso o Congresso vai fazer na hora em que ouvir a voz do povo. Como disse a nossa mestre Analice, na sessão a que a Senadora Marta Suplicy compareceu... Aliás, registro o pouquinho da mídia do nosso próprio Estado com aquele debate importante e fundamental também.

Então, nós temos que fazer pressão. Precisamos mostrar aos Congressistas que o povo está atento, que eles precisam do nosso voto e do nosso apoio. Eu não vejo outra saída senão a de pressionarmos. Está aí o exemplo do Ficha Limpa, está aí o exemplo... Não dá para falar de todas as questões que eu gostaria, mas eu acho que nós temos que unificar aqui, principalmente as mulheres, é a nossa mobilização nas ruas, mostrando a importância deste debate e desta reforma para a vida das mulheres, para a vida dos negros, para a vida de todos os segmentos que não conseguem chegar aos espaços de poder porque o poder econômico é que está mandando.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa., nobre Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Estadual Álvaro Gomes.

O SR. ÁLVARO GOMES - Saúdo a Mesa por intermédio do Presidente Almeida Lima. Saúdo os Deputados Waldenor Pereira e Daniel Almeida, componentes desta conferência.

Este debate é muito rico. Nós temos aqui vários pontos importantes, vários pontos polêmicos, mas há um consenso geral. Eu diria que há um consenso: o de que precisamos fazer uma reforma. Esse é o consenso que existe.

Evidentemente, todas as questões colocadas aqui são polêmicas, mas eu diria que precisamos, nesta reforma política, na questão eleitoral, combater a influência do poder econômico nas eleições. E eu diria que uma das formas de fazer isso seria com o financiamento público de campanhas.



Eu diria que é fundamental, que é importantíssimo nesta reforma, que fortaleçamos as ideias, as propostas, os projetos, e não o projeto personalista de quem quer que seja.

Qual é a forma de fortalecer as propostas, as ideias, os partidos, os projetos? Parece-me que a forma mais adequada é exatamente através da lista predeterminada, ou seja, a chamada lista fechada, preorganizada. Eu diria que essa é uma forma, mas poderemos usar outras formas para fortalecer e cumprir com este objetivo.

Eu entendo que as coligações precisam continuar. Acho que o fim das coligações seria prejudicial, tendo em vista que a coligação é feita de forma voluntária. Ela só acontece se dois ou mais partidos aceitarem. Então, se um dos partidos não aceitar, ela não pode acontecer. Portanto, acho que a continuidade das coligações também é importante.

E acho fundamental a busca de mecanismos para aumentar a participação das mulheres, a participação dos negros, a participação popular, a participação que seja efetivamente a cara do Brasil, que seja a cara de cada Estado, que seja a cara de cada cidade. Portanto, acho fundamental que esta reforma política venha efetivamente a fortalecer a democracia e o processo democrático.

Portanto, quero mais uma vez parabenizar o Presidente da Comissão, Deputado Almeida Lima, e os proponentes desta conferência, o nosso companheiro que poderá ser um dia camarada, Deputado Waldenor Pereira, e o nosso camarada Daniel Almeida, presidente do nosso partido. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço as palavras a V.Exa.

Embora ela seja ouvidora — ela já ouviu demais —, vamos pedir que fale agora. Passa a palavra à Ouvidora da Câmara, Sra. Olívia Santana, ao tempo em que anuncio a presença do Vereador Joceval Rodrigues, Presidente Estadual da União dos Vereadores da Bahia — UVB; do Vereador Gilmar Santiago, da Câmara Municipal de Salvador; de Valdir Rodrigues Souza, Vice-Presidente do PT de Barreiras; de Geraldo Sobral Ferreira, Vice-Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia; de Alessandro Dias Rodrigues, Prefeito de Campo Alegre de Lourdes; e de José Souza de Novais, Vereador de Iraquara.



Com a palavra V.Exa.

A SRA. OLÍVIA SANTANA - Boa tarde a todas e a todos.

Quero saudar o Presidente, Deputado Federal Almeida Lima; o Relator, Deputado Rubens Otoni; o Presidente do meu partido, Deputado Daniel Almeida; a nossa querida Luiza Maia; e, por intermédio desses, saudar todos os integrantes da Mesa.

Nós temos um interesse muito particular em relação à reforma política. Nós mulheres queremos que esta reforma política seja efetivamente um instrumento para fazer avançar o Brasil, a democracia representativa brasileira.

Eu acho que a própria configuração da Mesa desta audiência revela o quão masculino é o poder em nosso País. Não só masculino, mas também branco. E ninguém deve se sentir ofendido se falarmos dessa questão. (*Palmas.*)

Mas temos um retrato do que foi essa construção histórica de exclusão no Brasil. Os negros fora do poder, as mulheres fora do poder. E a reforma política tem que ser efetivamente impulsionadora da democratização das estruturas de poder em nosso País.

Portanto, eu penso que precisamos adotar efetivamente a lista preordenada, com alternância entre nome masculino e nome feminino. Penso que esta Comissão deve avançar ainda mais, estabelecendo instrumento, mecanismo de garantia do recorte étnico-racial, porque é uma vergonha entrar no Congresso Nacional e ter a impressão de que estamos num país europeu e não no Brasil.

E é preciso acabar com esta hipocrisia — desculpem-me o termo: quando um militante da luta antirracista, do racismo antinegro, coloca o dedo na ferida sobre o racismo à moda brasileira, alguém sempre evoca a miscigenação que há neste País. E diz: *“Mas não há branco neste País. Vocês estão com essa fantasia”*, evocando o caráter da mestiçagem, da miscigenação.

Pois bem. O que nós queremos é que o poder seja exatamente o retrato do que é a sociedade brasileira: uma sociedade mestiça, diversa, de homens, de mulheres, de negros, de indígenas que foram massacrados, que não existem no Congresso Nacional.

Finalizando, Sr. Presidente, quero dizer, como militante e dirigente do Partido Comunista do Brasil e também da Direção Nacional do PCdoB, que temos defendido



a manutenção do direito à coligação. Não podemos esquecer que a instituição da democracia no Brasil fez também com que os partidos adentrassem o palco democrático de forma desigual. Muitos, na época da ditadura, acumularam e se beneficiaram da ditadura militar. Enquanto um partido como o meu, que é programático, entrou para a vida política pela porta do movimento social e não pelo sobrenome que ostentávamos. Teve que ficar no ostracismo e foi massacrado. Muitos comunistas morreram. E agora é muito cedo para dizer que se tem de pôr fim à possibilidade da coligação. Se não houvesse coligação neste País e possibilidade de aliança, as mesmas forças reacionárias que atrasaram o desenvolvimento da democracia brasileira poderiam estar mudando e nem Lula nem Dilma teriam chegado aonde chegaram.

Então, está muito cedo para acabar com a coligação. Nós temos que ter reforma política para avançar e não para engessar o Parlamento e os espaços de poder neste País.

Muito obrigada e desculpem-me por ter-me estendido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra do Deputado Estadual Zé Raimundo, ao tempo em que anuncio a presença do Sr. Walmir França, Coordenador do Fórum de Entidades Negras da Bahia; do Sr. Paulo Roberto Pereira do Nascimento, Presidente da Associação Cultural Os Negões; do Sr. Edivaldo Marcelo Abençoado dos Santos Leal — que nome bonito! —, Vereador de Santo Estevão; e dos Vereadores Valmir Alves de Oliveira, Sr. Paulo Sérgio e Sr. Fernando Viana, de Iraquara.

Com a palavra V.Exa.

O SR. ZÉ RAIMUNDO - Sr. Presidente desta sessão e da Comissão Especial, Deputado Federal Almeida Lima; Deputado Waldenor Pereira; Deputado Daniel Almeida; caras colegas Deputadas Estaduais Maria Luiza Laudano e Luiza Maia; colegas Deputados Estaduais; senhoras e senhores; lideranças; demais membros da Mesa, o tempo é curto, mas vou tentar colocar algumas ideias, para que possamos desenvolver aqui, internamente, na nossa Comissão, para em seguida encaminhar, talvez num documento mais consolidado, para o debate nacional.

Na verdade, não estamos diante de uma reforma política. Estamos observando que o debate é muito mais eleitoral, que está no entorno do processo da



legislação eleitoral. Nem sequer uma reforma partidária estou vendo concretamente na agenda do debate nacional. É importante dizer: como vamos fazer uma reforma eleitoral em alguns aspectos da política, sem debater efetivamente o lugar da política?

Ora, o que estamos observando hoje no imaginário da população brasileira? Uma crise de legitimidade da ação política, uma descrença no homem público, uma descrença na função do Estado, em particular do Parlamento. Porque, dentro da hierarquia dos valores que observa, o eleitor vê que o Prefeito, que o Governador, que o Presidente, ou a Presidenta no nosso caso, têm efetividade, mas o Vereador, o Deputado e o Senador são seres desprezíveis do ponto de vista do imaginário popular.

Assim, precisamos resolver o que nós queremos efetivamente. Qual é a ideia-força deste debate da reforma política? Algumas apareceram aqui. Ora, só se faz reforma política quando a sociedade, em crise, procura um novo caminho. Podemos até fazer uma reforma eleitoral que ajude um pouco a ampliar o espaço democrático, a melhorar o funcionamento, mas efetivamente não vamos tocar na questão central.

Observem, ao longo da história, que as ideias-força comandaram a estrutura de poder. O que aconteceu em 1823 e 1824? Qual era a ideia-força? O Estado-Nação, a monarquia constitucional. Veio D. Pedro I. Daí porque continuou com a mesma estrutura, com escravidão, com latifúndio — não se tocou em nada. De 1824 a 1831, era centralização/descentralização; em 1834, regência. Descentralizaram, mas, com a volta D. Pedro II, centralizaram tudo de novo. E durante 60 anos o Império brasileiro continuou centralizado. A República é a descentralização! Não houve um partido nacional entre 1888, 1889 e 1930! Todas as tentativas de criação de partidos republicanos federais foram abortadas porque a oligarquia queria o seu pedaço, o seu chão. Era o voto de cabresto, era o coronel mandando.

E veio Getúlio. Fez o Estado Democrático por cima, ditatorialmente. Democratiza as oportunidades, melhor dizendo, através de uma ditadura, e inclui o voto da mulher e os trabalhadores, porque naquele momento era o clamor internacional e o clamor brasileiro. Foi feita uma revolução por cima para que o povo não fizesse uma revolução por baixo.

Veio o período liberal, e agora a Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães.



O que nós queremos nos próximos anos? O poder econômico? A inclusão social? O igualitarismo? Qual é a ideia-força que esta reforma tem que abraçar, para que, através dela, toquemos em alguns aspectos das instituições políticas? Porque, do contrário, será uma reforma perfumada. Já dizia Brecht: *“Do rio que tudo arrasta se diz violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o rodeiam”*.

Façamos, portanto, uma reforma política antes que alguém a faça. E esse alguém não vão ser os partidos, não vai ser este ambiente. Alguém, ou algum aventureiro, ou então a mídia, ou essas novas ferramentas vão desmoralizar, deslegitimar o poder político até o ponto em que uma revolução qualquer apareça aí. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Euclides Fernandes.

O SR. EUCLIDES FERNANDES - Sr. Presidente da Comissão Especial da Câmara Federal criada para debater o tema *reforma política*, Deputado Federal Almeida Lima; senhores membros desta Mesa que preside os trabalhos; Srs. Deputados; Srs. Prefeitos; Srs. Vereadores; público presente, o tema é verdadeiramente importante, mas estão na Constituição Federal instrumentos da democracia direta, grandes temas sobre os quais deve ser feita a consulta popular.

Uma preocupação nossa é com a pressa de querer fazer isto até setembro, o período final para que a reforma, para que este projeto, se realmente aprovado, tenha validade para as eleições de 2012. Consequentemente, isso é uma preocupação. Um tema deste quilate, desta envergadura, deve ser debatido com calma. O debate deve ser feito com a sociedade brasileira na sua plenitude. Acima de tudo, um referendo, que está previsto na nossa Carta Magna, na Constituição Federal.

Então, meu caro Presidente, Srs. Deputados Federais que fazem parte da Comissão Especial da Reforma Política, a minha primeira colocação é esta: não tenham pressa, façam esta reforma com cuidado, após uma discussão com a sociedade brasileira, e realizando um referendo, para ter a legitimidade do povo brasileiro.

Quero deixar os nossos agradecimentos ao nobre Deputado Waldenor Pereira, membro da Comissão. Parece-me que foi um requerimento de sua autoria



que fez com que a Comissão Especial viesse até a Assembleia Legislativa para discutir a reforma política.

O tempo é curto, Sr. Presidente, para discutir os temas um por um. Qual é o nosso pensamento a respeito desta reforma, que digo eleitoral? Não é política porque teria um aprofundamento bem maior, como disse o nosso ilustre jurista, Dr. Castro. Nós somos contrários ao financiamento público. Nós achamos, Sr. Presidente, que não há como amarrar o caixa dois. Não há como impedir que o dinheiro privado entre na campanha eleitoral.

Nós vamos tirar da creche, da escola, do hospital o financiamento público, para jogar na política? É verdadeiramente importante buscar um mecanismo para trazer o princípio da igualdade na disputa, na competição pelas vagas dos governantes. Mas, infelizmente, a meu ver, não é através do financiamento público e da lista de organização, da lista fechada como é chamada. Essa é a temeridade. Isso é a ditadura do partido político. É tirar do povo o direito de escolher o seu governante. É verdadeiramente uma temeridade, é um retrocesso. Nós não temos ainda uma cultura política adequada nem condições para que o partido faça a sua lista fechada.

Eu gostaria de me pronunciar sobre os outros temas, mas vou respeitar o meu tempo, pois seria antidemocrático atravessar o tempo.

Muito agradecido a V.Exa. e a todos os presentes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Deputado Estadual Mário Negromonte, ao tempo em que anuncio a presença do Prof. Jonicael Cedraz de Oliveira, integrante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e do Sr. Jorge Cardoso Dias, Presidente do PT do Município de Mundo Novo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Respondendo a V.Sa., a Presidência, ao iniciar, anunciou que a lista de presença estava aberta. E nada mais está fazendo do que seguir a lista de presentes e de inscritos.

O Deputado Mário Negromonte Júnior é o sexto inscrito; a sétima, Edilene Paim; oitava, Terezinha; nona, Vilma Reis; décimo, Adriano Dias; Andreia; Profa.



Mariângela; Iuri; Vereador Abençoado; Deputado Carlos Geilson; Jonas Paulo; Prof. Marival; Silvio Roberto.

V.Sa. está nessa lista que foi anunciada. Terá todo o direito à voz, sem a menor dúvida.

Por gentileza, solicito ao Cerimonial que faça a inscrição do Sr. Robson.

Com a palavra o Deputado Mário Negromonte Júnior.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR - Sr. Presidente, ex-Senador e hoje Deputado Almeida Lima, Deputado Rubens Otoni, Relator da Comissão, que gostaria de saudar, não esquecendo dos nobres juristas — e sou também advogado —, Dr. Augusto Aras e Dr. Celso Castro, vou me posicionar sobre esta questão, até porque sou membro da Comissão da Reforma Política desta Casa.

Acredito, Sr. Presidente Almeida Lima, que a pedra de toque, o meio para avaliar a próxima reforma ou a reforma política deve ser a democracia e a renovação. Em razão dessas duas questões é que estou aqui hoje. E acredito que a lista fechada não se encaixa sob esses dois prismas. Por quê? É dado ao presidente de um partido o poder de dizer quem serão os candidatos que vão disputar pelo partido. E falo aqui com muita tranquilidade porque sou filho de um presidente de partido. Mas acredito que na política se deve haver oportunidade de renovação. Manter alguns, mas também permitir que outros tenham oportunidade de mostrar serviço.

Acredito que a eleição de 2 em 2 anos ninguém aqui defenderia. Acho que devem ser unificadas urgentemente, porque a economia do Brasil também não aguenta mais a paralisação de obras de 2 em 2 anos, o que afeta todo o sistema.

Acredito que o distritão seria a melhor solução, a solução mais justa, porque as pessoas eleitas seriam aquelas que o cidadão gostaria de ver na Assembleia, na Câmara, no Planalto. E mais: seriam as mais votadas.

O voto distrital misto também tem uma lista preordenada. Então, com base na renovação e na democracia, esse sistema estaria fora.

Mas, Sr. Presidente, o financiamento público — e peço tolerância — deve ser analisado, sim. Sou contra o caixa dois. E, para que não haja esse tipo de prática por parte de alguns políticos, nós temos que debater a questão do financiamento público e da clareza com que deve ser implantado.



Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. mais uma vez a oportunidade de contribuir com esse grande movimento. Parablenzo-o, em nome desta Casa e da Comissão.

Para concluir, quero dizer que a sociedade quer dar oportunidade, quer promover renovação. Quer manter algumas pessoas, mas também quer ter a oportunidade de tirar aquelas pessoas que não honraram com os compromissos durante o mandato, que não foram gratas a quem lhe deu seu voto de oportunidade nas urnas. Eu acho que tirar da sociedade essa liberdade de colocar e tirar seria cometer um erro muito grande, até porque a liberdade na política é um direito.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra à Vereadora Edilene Paim, do Município de Coração de Maria. *(Palmas.)*

A SRA. EDILENE PAIM - Sr. Presidente, legitimamente, já que estamos aqui num processo de audiência pública, quero saudar todas as mulheres e todos os homens presentes na pessoa da companheira Vilma Reis, militante do Movimento Negro na nossa Bahia.

Sr. Presidente, eu gostaria de começar fazendo três perguntas, a meu ver muito importantes, para que possamos coletivamente buscar respostas.

Primeiro, temos de pensar em qual reforma política que nós queremos. Se é a reforma política que traz o povo para dentro da discussão ou é a reforma política que pensa pelo povo.

Outra pergunta bastante importante, que parece corriqueira mas não para nós do movimento de mulheres e do movimento lésbico — e aqui falo enquanto articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas, representando esse movimento dentro da Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma Política, ao qual o Deputado Waldenor já fez referência; e não me alongarei nesse assunto —, é a seguinte: quem tem o direito de exercer o poder? Essa é a segunda pergunta, talvez mais importante quando falamos em reforma política.

Outra pergunta fundamental: qual é a cara do poder que nós queremos? E essa pergunta nos leva a uma reflexão sobre algo que vem acontecendo e está fervendo no exercício do poder neste País. Precisamos enxergar que o poder neste País tem uma cara bem nítida, que conseguimos enxergar com os olhos bem



abertos que temos no movimento. O poder constituído neste País é machista, é sexista, é um poder “lesbofóbico”, é um poder homofóbico. Isso nós temos visto nos debates que têm ocorrido dentro desta Casa e também nos debates que têm ocorrido no Congresso Nacional. *(Palmas.)*

Precisamos refletir que as mulheres não podem ser tratadas, neste processo, como anexos dos senhores homens. Para que a Deputada Luiza Maia, a quem faço uma saudação especial, pudesse ocupar um lugar legítimo nessa Mesa, como Presidenta da Comissão de Políticas para Mulheres desta Casa, nós tivemos de fazer a pressão lá de baixo e dizer aos senhores que estavam ocupando maciçamente a Mesa de representação da discussão da reforma política que a Deputada não era uma complementação do Sr. Prefeito Luiz Caetano.

Precisamos fazer essas reflexões. E precisamos fazer nesta Casa.

Falando do lugar do não poder, do lugar do movimento social, do lugar de mulher negra, lésbica e política, quero dizer que a reforma política que queremos só vai ocorrer neste País se começarmos futucando a concepção de poder e a postura de poder que temos maciçamente nas Casas legislativas, no Congresso Nacional deste nosso País.

E aí, Sr. Presidente, enquanto representação do movimento lésbico, quero apontar que precisamos discutir a reforma política, para que tenhamos no País a contemplação da diversidade que marca a sociedade brasileira; para que tenhamos como discutir de igual para igual com legisladores como o Deputado Bolsonaro que outro tipo de sociedade é possível para este País; e para que não permitamos que aconteça algo vergonhoso para o Congresso Nacional, que é o Supremo Tribunal Federal ter que legislar sobre algo que o Congresso Nacional deveria responder à sociedade brasileira, que é a questão da união homoafetiva.

Se fôssemos ficar falando aqui, muitas coisas surgiriam. Mas o principal questionamento é: qual é a cara do poder que queremos? É este poder machista, “lesbofóbico”, homofóbico, ou é um poder que realmente marque a diversidade da sociedade brasileira?

Muito obrigada. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a manifestação a V.Exa. e concedo a palavra à Sra. Terezinha, do Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas, Bahia.

A SRA. TEREZINHA BARROS - Boa tarde a todas e a todos.

Sr. Presidente, também gostaria de me congratular com todos na pessoa da Deputada, nossa companheira, Luiza Maia.

Não é hábito nosso, nós não temos o poder e o dom da fala dos senhores legisladores, mas não poderíamos de maneira nenhuma deixar de falar, enquanto mulher, enquanto mulher negra.

Quero dizer que é um desejo nosso ver a construção de uma democracia radical, de uma democracia que contemple essa diversidade tão pouco representada nos espaços de poder: a olhos vistos, a representação da mulher e a representação de negros e negras nesta Casa. De modo que não é preciso falar nos 9% de mulheres na Câmara nem nos 5% de mulheres negras, porque isso é evidente. Então é lógico que precisamos tirar, reduzir, eliminar a cegueira que existe na sociedade, no Estado, como Poder, que não percebe essa questão.

Uma reforma que já é ruim — e essa não é uma reforma, porque a gente quer casa nova, não quer casa reformada; só quando não tem jeito — não pode continuar da forma tão restrita como está. Essa é uma reforma que, na verdade, não explicita, em momento algum, no discurso aqui verificado, uma reforma política, mas, sim, uma reforma eleitoral. Não queremos puramente uma reforma eleitoral, queremos uma reforma política, em que o movimento social seja contemplado, tenha direito a voz, tenha direito à fala.

O espaço da discussão aqui é restrito para dar conta de uma tarefa tão difícil. Por isso, viemos propor — estou propondo aqui em nome pessoal, mas estamos discutindo isso na base — que esse relatório a ser entregue, dos últimos 6 meses, seja um relatório parcial, para que o trabalho tenha continuidade, a fim de se poder contemplar listas alternadas por sexo, homens e mulheres, e, dentro dessa lista alternada, lógico, o recorte étnico-racial e de juventude. A juventude tem de tomar o poder de uma forma muito mais eficiente, porque já estamos velhas, caquéticas, como eu mesma, e não damos mais conta dessa tarefa imensa.



É importante que a possibilidade de falar aqui não fique restrita a 3 minutos e não possamos expor a nossa ideia. Queremos a ampliação do sistema público de comunicação para que a massa, o povo tenha o direito de falar, e não as emissoras privadas, que fazem seus *lobbies* subliminares.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e me desculpe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Normalmente, a Presidência não fala, no entanto eu adoro falar. Mas adoro falar sobre o mérito, analisando as matérias no seu conteúdo. Às vezes, falo no meio, mas desta vez resolvi falar por último. Quero dizer que estou inscrito também para dizer algumas palavras.

Permitam-me fazer uma inversão, que ocorreu por erro meu, e conceder a palavra ao Deputado Carlos Geilson e, logo a seguir, à Sra. Vilma Reis, Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS GEILSON - Sr. Presidente Almeida Lima, nobres colegas Deputadas e Deputados, este é um momento por demais importante do Parlamento, especialmente para nós baianos, e, saudando V.Exa., saúdo todos os da Mesa.

Fomos hoje aqui contemplados. Somos felizardos por ouvirmos palestras como a de Celso Castro e a do Prof. Augusto Aras. Quanto nos enriqueceu e quanto valeu a pena esta discussão ter sido travada e estar sendo travada nesta tarde, neste Parlamento.

A nossa Comissão de Reforma, criada por inspiração do nosso decano, Reinaldo Braga, e que tem como Vice-Presidente a colega Luiza Maia, já vem discutindo esses temas. E os senhores puderam notar as opiniões divergentes. Eu me coloco na pele do Relator e do Sub-Relator. Como afunilar os pensamentos para contemplar a maior parte daqueles que estão envolvidos nessa discussão e que, diretamente, representam toda a população?

A grande reforma política tem que passar, primeiramente, pela solidificação do nosso processo democrático — esse é o primeiro ponto. Em seguida, nós temos pontos divergentes sobre os quais eu quero, neste pouco tempo, expressar a minha opinião.

Sou contra a lista preordenada. Até agora eu não ouvi falar de que maneira se vai fazer a relação, como os candidatos serão nomeados, caso ela seja aprovada.



Como será a escolha? Quem será o primeiro da lista? O filho, o irmão ou a esposa do Presidente do partido? Qual será o critério de escolha?

Sou contra, também, financiamento público de campanha. Já se gasta muito. Passa pela cabeça de alguns dos senhores que, se o financiamento público for instituído, não haverá caixa dois? Será que alguém acredita nesse conto de fadas? Aí, sim, haverá dinheiro público e privado, que não vai deixar de existir.

Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, o poder econômico deitou e rolou na última campanha. Eu sou fruto do estrato social mais simples da sociedade. Venho de uma família da zona rural. Meu pai é vaqueiro, minha mãe, professora primária. Fiz campanha na minha cidade, onde tive que fazer 70 caminhadas, ir de casa em casa pedir voto, para enfrentar o poderio econômico que dominou as eleições não só na Bahia, como também em todo o Brasil. O que fazer para impedir isso? Esse é o grande dilema que deve ficar na cabeça dos senhores que estão à frente desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Como anunciado, concedo a palavra à Sra. Vilma Reis, Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra. (*Palmas.*)

A SRA. VILMA REIS - Boa tarde. Tudo bem?

Deu um trabalho danado para chegarmos até aqui, mas esse espaço combina muito conosco, porque nós aprendemos no Movimento Negro que, se o poder é bom, o povo negro o quer. Essa foi a lição que nós aprendemos. Os brancos adoram o poder neste País. Por isso é tão difícil debater e fazer a reforma política.

Presidente, meu nome é Vilma Reis. Sempre me apresento assim. Tenho nome e sobrenome. E ajo assim porque, numa sociedade racista como a do Brasil, mulheres parecidas comigo têm que ter nome e sobrenome, senão o racismo coloca o nome que quiser.

É importante fazermos este debate. Tenho uma sugestão para esta Comissão, que está rodando o País: em todos os Estado por onde os senhores passarem — eu gostaria dizer “as senhoras” também, mas são só senhores —, convidem a plateia a falar primeiro, para ver se os 56 Deputados que assinaram presença aqui se mantêm no plenário para ouvir o povo. (*Palmas.*) Isso não é



possível! São 56 presenças! E nós conhecemos os Deputados e Deputadas deste Estado.

É um privilégio, Deputada Luiza Maia, que, no universo de 15 milhões de pessoas, 63 sejam escolhidas para representar o Estado. Aqui neste plenário, lamentavelmente, os representantes do Estado da Bahia se fazem majoritariamente ausentes, num debate no qual nós nos fazemos presentes para inverter uma lógica. Eu, como professora da Universidade do Estado da Bahia, considero importante nós termos uma Assembleia Legislativa, um Poder Legislativo, e sobretudo um Judiciário que não fique de joelhos diante do Executivo. São Poderes autônomos que se têm alinhado politicamente com o Poder Executivo e ficado em silêncio diante de barbaridades.

Estou falando de uma realidade. Nesse fim de semana — e dessa vez foi pouco —, foram assassinados, na Região Metropolitana de Salvador, 18 jovens negros. Nesse final de semana, enterramos certamente mais 18 Milton Santos. Enterraremos talvez os próximos, porque não é fácil ter um Muniz Sodré, um Milton Santos. Não é fácil gerar a intelectualidade, pois todo final de semana a nossa média, Deputado Daniel Almeida, é de enterrar de 30 a 35 jovens.

É essa lógica que queremos inverter no Congresso Nacional. Não queremos um Congresso Nacional que represente o *lobby* da bala; não queremos um Congresso Nacional que represente o *lobby* do tabagismo; não queremos um Congresso Nacional de ataque absoluto à Lei Maria da Penha, num País que mata 12 mulheres ao dia e em que a cada 2 minutos cinco mulheres são gravemente atingidas pela violência doméstica.

Nós nos interessamos muito pela reforma política. Entendemos o jogo da Comissão Especial que fez as recomendações no Senado — inclusive não permitiu Comissão mista, das duas Casas. Entendemos uma Comissão que recomendou não haver mais reeleição para Presidência da República. Sabemos que isso é o enfrentamento ao projeto político que levou Lula à Presidência da República. Nós sabemos. Mas não entendemos por que essa mesma Comissão não incidiu sobre a renovação de mandato no Legislativo, permitindo que Deputados tenham dez mandatos consecutivos no Brasil. Precisamos entender isso. E entendemos que este debate é necessário, sim.



Quando falamos em financiamento público de campanha, estamos dizendo que é importante enfrentar a lógica do Deputado que tem dono. Não queremos um Congresso, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadoras... Essa é a postura que o Movimento de Mulheres e o Movimento Negro devem assumir: falar em Câmaras de Vereadoras, Assembleias Legislativas de Deputadas, em Congresso Nacional com Deputadas Federais e Senadoras. Este País precisa pensar no feminino e no ponto de vista étnico-racial.

Por que estamos fazendo isso? Porque precisamos atingir a mentalidade do País. A mentalidade do poder no Brasil é a de machos adultos, heterossexuais públicos, no comando. Precisamos alterar essa lógica.

Este Congresso que produz coisas como Jair Bolsonaro nos faz pensar no modelo que temos. É esse modelo que a população refuta no meio da rua, que cria o descrédito absoluto na população quanto à legitimidade e ao respeito que um Parlamentar deve ter. São os próprios membros das Casas legislativas que quebram o decoro, todos os dias, na frente da população. Porque existe ritual, existe uma liturgia em cada cargo. E o povo, Deputado Waldenor, é cobrado todo dia a seguir as liturgias no cumprimento de seus cargos. Mas são exatamente os Poderes, os membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, que fazem a população desaprender.

Nós não precisamos, de forma alguma, de uma sociedade que tenha de se perguntar por que a corte máxima que coordena o mundo eleitoral neste País recusou a proposta do então Deputado Carlos Santana, do Rio de Janeiro, pela qual se faria uma pergunta somente sobre a composição étnico-racial dos candidatos. Essa é uma resposta perigosa que essa corte máxima tem medo de dar à sociedade brasileira. (*Palmas.*) Não se pôde perguntar o quesito raça/cor. O projeto do então Deputado Carlos Santana foi refutado pela corte que coordena as eleições.

Nós acreditamos, sim, em financiamento público de campanha, porque não queremos ver a luta do milhão contra o tostão; porque sabemos dos desequilíbrios que ocorrem; porque sabemos como nossas comunidades são violentadas, com os Filhos, os Netos e os Juniores, que parecem carregar o DNA da política!

Nós não acreditamos nessa lógica. Como disse o poeta, nós vamos viver para ver que “quando derem vez ao morro, toda a cidade vai cantar”. (*Palmas*) Este foi o



slogan de Benedita da Silva na campanha de 1992: “Quando derem vez ao morro, toda a cidade vai cantar”. E nós sabemos que, se houver alternância de gênero e se houver os 30%, como está proposto em um dos projetos, em uma das PECs, no Congresso, 30% para a população negra, obrigando os partidos... Há gente querendo fazer... Primeiro, disseram aos filhos dos negros: “Não estudem que vocês ficam doidos”. E, depois, há uma outra questão fundamental para a elite deste País, que dividiu a terra em 1850, 38 anos antes da abolição: “Fiquem longe da política. Isso é coisa suja”. A questão é que nenhum branco fica longe da política; os machos não ficam longe da política.

Nós estamos aqui e estamos atentos. Nós sabemos os efeitos perversos de um espaço, no Estado da Bahia, onde somos obrigadas a assistir, lamentavelmente, à reprodução dos Juniores, nos Netos, dos Filhos na política.

Nós nos interessamos pela política exatamente por isso. E defendemos o financiamento público de campanha, porque sabemos a vergonha que o Brasil, neste momento, sustenta no mundo, onde Ruanda, dilacerada pelo colonialismo belga, em 1994, conseguiu se refazer, e 56% das mulheres que tomaram a política nas mãos estão levando Ruanda a uma outra realidade.

Nós sabemos o que aconteceu nos chamados países nórdicos, na Europa. Nós sabemos como o Chile tomou a decisão de fiscalizar a cláusula que obrigava exatamente as cotas de gênero nas suas eleições. Sabemos o que aconteceu aqui ao lado, na Argentina. Quando um país cria uma cláusula como essa, ele tem que respeitar e ter mecanismos legais para fiscalizar. O Brasil criou cotas para as mulheres nos partidos, em 1995, e não criou nenhum mecanismo para garantir que os próprios partidos, esses de machos brancos no comando, cumprissem o que os próprios Parlamentares aprovaram.

Esse modelo nós não queremos. Nós nos interessamos pela reforma política porque sabemos que, quando se quer brincar com a população, se vota um projeto, mas quando nós queremos fazer política pública, nós incidimos sobre o Orçamento no Congresso Nacional, na Assembleia e na Câmara de Vereadoras. É essa a lógica que queremos.

Nós não nascemos para enterrar os nossos filhos, para enterrar os mais novos. Na Bahia, a cada fim de semana, só em Salvador, as mulheres negras



enterram pelo menos 20 a 30 jovens negros. Nós queremos inverter essa lógica. Nós não acreditamos na brutalidade como essência da nossa existência. Nós entendemos que, se política é uma coisa boa, se o poder é bom, também queremos estar nesse espaço. E é esse o desafio que está colocado.

Sr. Presidente, no nosso próximo encontro, está posto o desafio de colocarmos essa plateia para falar primeiro, para ver se os tão ocupados Deputados Estaduais — não é Rosemberg? — se mantêm na plateia para ouvir, porque as questões de que estamos tratando aqui têm a ver, inclusive, com a volta deles a esta Casa.

Um viva para nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Presidência esclarece que não houve o estabelecimento de preferência, além daquela para os que estão na Mesa. Ofereceu-se preferência àqueles que estavam na Mesa, inclusive aos palestrantes.

Com relação à lista que foi oferecida para inscrição, não chegou ao meu conhecimento que o Cerimonial da Casa tenha preferido inscrever primeiro os Deputados e depois os representantes de entidades e de movimentos sociais.

Concedo a palavra ao Sr. Adriano Dias, do Instituto Cultural Steve Biko. (*Palmas.*)

O SR. ADRIANO DIAS - Boa tarde. Saúdo a Mesa, na pessoa do Presidente e do ausente Deputado Federal Luiz Alberto, representante no Movimento negro; saúdo o público através dos jovens do Instituto Cultural Steve Biko, uma instituição voltada para a inclusão de negros nas universidades.

É importante o debate sobre o sistema político vigente, haja vista que o modelo atual é excludente e favorece a corrupção. Sabemos que a juventude negra brasileira é vítima de um processo físico e simbólico que perpassa pelo modelo de segurança pública, pelo modo de educação pública, pelo mercado de trabalho, mas também pelo modelo político adotado pelo Estado brasileiro, que exclui totalmente essa juventude do cenário político-institucional.

Estamos aqui para dizer que o principal desafio dessa reforma política é garantir e incentivar a participação da juventude, em especial da juventude negra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Sa.

Concedo a palavra ao Sr. Abdias Nascimento. *(Pausa.)*

Há a inscrição aqui de uma...

A SRA. ANDREIA LISBOA DE SOUSA - Boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por gentileza...

A SRA. ANDREIA LISBOA DE SOUSA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ...Abdias Nascimento.

A SRA. ANDREIA LISBOA DE SOUSA - Sim, eu vou falar em nome do Sr. Abdias Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - IPEAFRO?

A SRA. ANDREIA LISBOA DE SOUSA - Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O.k. Tem V.Sa. a palavra.

A SRA. ANDREIA LISBOA DE SOUSA - Eu inscrevi o ex-Senador da República Abdias Nascimento, que — eu acredito que é do conhecimento de todos vocês — faleceu na semana passada. E por que essa ousadia de inscrever o nome desse Senador? Porque ele foi um dos maiores símbolos e representantes da história da política brasileira em prol de algo que tem sido mencionado, desde o momento em que aqui cheguei, na fala dos senhores e das senhoras: a democracia.

O Senador Abdias lutou por uma democracia de fato, por uma democracia que incluísse os excluídos — negros, indígenas, mulheres.

Então, peço que façamos 1 minuto de silêncio, antes de eu continuar a minha fala, em memória da luta desse guerreiro, desse símbolo da história, da política e do Movimento Negro no Brasil. Um minuto de silêncio.

(A plateia presta a homenagem solicitada.)

A SRA. ANDREIA LISBOA DE SOUSA - Obrigada a todas e todos.

Muito me choca, num momento como este — e isso já foi ressaltado aqui pelas minhas companheiras militantes, as mulheres negras que aqui me antecederam —, olhar para essa Mesa composta somente por homens; e choca ouvirmos, em todas as falas que nos antecederam, em prol de uma reforma política... Eu gostaria de convidar quem se pronunciou, como os Exmos. Deputados que se pronunciaram aqui, contra o investimento de recursos públicos nas campanhas políticas, a pensar um pouco sobre quem é beneficiado com o



investimento dos recursos privados na política. Quem está sendo eleito neste País? Quem são as pessoas que têm a oportunidade de concorrer, de forma transparente e equânime, numa eleição?

Nós sabemos que não é com recursos das empresas privadas que isso será possível, a não ser que — e aí vem uma proposta para esta Comissão — haja, sim, uma cota; que pensemos em cotas, numa porcentagem não só na representação, mas também nos recursos que vêm do setor privado para garantir essas campanhas. E, para além dessa proposta de cotas, venho aqui defender a inclusão dos recursos públicos.

Uma outra coisa que acho importante, Sr. Presidente e demais componentes desta Comissão, é que, quando a gente vai fazer uma reforma política, quando a gente está falando de política, a gente tem de voltar à história da política, à história da organização política deste País. Se nós, ao fazermos uma reforma política, não informamos os nossos convidados e convidadas sobre o cenário, o panorama de exclusão... Quando falo do panorama de exclusão, estou falando da representatividade de mulheres, de mulheres negras, de homens negros e de mulheres e homens indígenas. A população e os segmentos negro e indígena são os mais excluídos nesse cenário.

Uma coisa importante e fundamental entre os temas, entre os principais pontos que estão sendo debatidos, são as pesquisas eleitorais. Como a gente pode pensar nessa discussão sem oferecer, nesses encontros e debates, um quadro e um panorama sobre a pesquisa eleitoral?

Quem tem sido eleito desde o processo de eleições diretas neste País? Quantos homens e mulheres, homens negros, mulheres negras, de que classe social, de que partido político? Precisamos de estudos.

Esta Comissão não pode se isentar de dar essa informação, porque isso é reconhecer uma das falhas e lacunas que temos na história da democracia deste País. O Brasil é conhecido, não só aqui dentro como fora, como paraíso da democracia racial. Pesquisadores e antropólogos vêm ao Brasil por conta desse discurso. Há livros publicados, dizendo que o Brasil vive e é um País da democracia racial.



Aí pergunto como a gente pode combater isso, como essa reforma política está pensando o conceito de democracia. Pensar o conceito de democracia é desconstruir essa marca que existe na história do Brasil de que vivemos numa democracia racial. Para isso, é importante que haja pesquisas e que a população e a sociedade sejam informadas sobre essa desigualdade, sobre essa disparidade na representação do poder que existe aqui no nosso País.

Para finalizar, faço coro com as companheiras que me antecederam para ressaltar a importância do cumprimento das cotas para as mulheres, no sentido de que haja essa lista contemplando as relações de gênero. E, mais do que isso, não só a inclusão de mulheres, mas, dentro dessa porcentagem de inclusão de mulheres, sabemos que há uma desigualdade também na representação de mulheres brancas e negras. Temos de garantir a representação de mulheres negras nessas cotas também da representação política.

Gostaria também de fazer uma sugestão, não só como militante e ativista negra, mas também como acadêmica, como intelectual, como professora universitária: que haja também, nas próximas audiências, já que as outras já se passaram, uma convidada mulher para falar um pouco sobre o a história da política no Brasil (*palmas*), e não só mais um homem. Nada contra a apresentação do professor, que foi muito importante para nós, mas temos de ter, sim, uma mulher para falar sobre a história da exclusão da mulher na política do Brasil e para apresentar propostas, questões para serem pensadas.

Por último, não podemos fazer uma reforma política de mentirinha, marcando encontros, chamando as pessoas, convidando a sociedade civil. Quando a companheira Vilma estava falando da representação, da ausência... Ali estão presentes 56 Deputados. Quando ela fez a proposta de que falasse primeiro a sociedade civil, ela não estava questionando a ordem da inscrição que foi feita aqui. Sabemos que o cerimonial seguiu a ordem de quem levantou o braço. Isso não é um questionamento, Sr. Presidente. Estamos fazendo aqui uma proposta mais ousada: que possamos garantir que os Deputados falem por último para que eles possam escutar a sociedade civil. A sociedade civil, em geral, é sempre a última a falar. (*Palmas.*) E só falamos entre nós. Quem deve nos ouvir sai, porque já marcou presença; já está marcada a presença lá.



Então, não é um questionamento quanto à ordem das inscrições, mas sim uma sugestão de que se ouse na inversão de quem começa a falar. Acho que isso seria algo muito importante e construtivo para essa reforma política.

Muito obrigada e boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra à Sra. Andreia Lisboa de Sousa.

A SRA. ANDREIA LISBOA DE SOUSA - Sou eu mesma que acabei de falar. É que quis fazer 1 minuto de silêncio para o Abdias e me inscrevi na sequência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra a Profa. Mariângela.

Solicito ao Sr. Iuri Brito que, por gentileza, se aproxime da tribuna.

A SRA. MARIÂNGELA NASCIMENTO - Boa noite a todos e a todas.

Tenho participado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Gostaria, por gentileza, pedindo desculpas a V.Sa., de dizer que eu também sou Deputado Federal e disse que iria falar por último. Gostaria da assistência dos movimentos sociais aqui presentes, já que os movimentos sociais exigiram isso. E eu não estabeleci nenhuma preferência. As pessoas se inscreveram exatamente porque tomaram a iniciativa de pedir a inscrição. E quando eu disse que nós viemos para cá, nós viemos porque queríamos ouvir. Nós estamos aqui ouvindo e queremos ouvir. Ou seja, não há, por parte da organização, nenhuma discriminação.

E digo mais até: sugeri aos organizadores que fizéssemos essa alteração, para que ouvíssemos mais o plenário. E se essa questão fosse levantada no início, a Presidência teria autoridade suficiente para inverter a ordem. E inverteria de forma imediata, porque esse tem sido o meu comportamento e o desta Comissão pelos Estados onde passamos.

Para que V.Sas. tenham ideia, em Goiânia, preferimos, em vez de inscrição, colocar o microfone sem fio na mão de uma Parlamentar — e o Deputado Rubens Otoni é de Goiás. E esta Deputada ficou ali, com o microfone na mão, entre aqueles que fizeram fila para falar.



É apenas um esclarecimento que desejo fazer. Se outras entidades ou mesmo o Senado Federal não desejaram ouvir a sociedade, a Câmara dos Deputados desejou ouvir e veio para ouvir. E nós estamos aqui ouvindo. Aliás, sem qualquer interrupção da Presidência, tenho quase certeza de que a Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, a Sra. Vilma Reis, falou até por tempo bem superior a todos os outros Deputados e de forma paciente, tolerante. Aliás, tolerante não, de forma normal, porque viemos aqui exatamente para ouvir.

Marquei minha passagem para amanhã, pela manhã, para eu ficar aqui até meia-noite, 1 hora da manhã, 2 horas. (*Palmas.*) Para mim, não faz a menor diferença.

Peço desculpas. E quando falei que gostaria que o movimento ficasse, não é porque eu tenha nada para responder ao movimento, ao contrário. Eu apenas gostaria também de falar sobre o mérito, só isso. Não quero ficar simplesmente presidindo, coordenando falas, porque é algo formal.

A SRA. MARIÂNGELA NASCIMENTO - Como eu estava falando, tenho participado de alguns encontros e debates, aqui em Salvador, acerca da reforma política, e parece que é consenso a ideia de que a reforma política não se limita à reforma do sistema eleitoral e partidário. Ela é bem mais do que isso, como vem inclusive pregando a mídia e muitos dos nossos Parlamentares, limitando a reforma política a essas questões pontuais. A reforma política é muito mais do que isso. Ela passa pela reformulação dos instrumentos institucionais, como, por exemplo, o plebiscito, a iniciativa popular e o referendo, para que a sociedade possa ter acesso fácil a esses instrumentos. Ela passa pela construção de mecanismos que criem e ampliem os espaços de participação e decisão popular. A reforma política diz respeito à criação de uma nova forma de pensar e fazer política. Ou seja, ela está criando uma nova mentalidade política. É a isso que ela está se propondo. Por isso, a reforma política não tem de dialogar apenas com a institucionalidade. Ela é assunto da sociedade civil, que sabe disso.

Diferentemente do que meu colega Celso Castro disse, a sociedade civil está motivada, sim, a participar da reforma política. Eu venho participando ativamente, há alguns anos, em alguns Estados do Brasil, inclusive em Minas Gerais — este ano eu estou aqui na Bahia, como professora de Ciência Política da Universidade Federal



da Bahia —, e continuo participando. A sociedade civil está motivada, sim. Mas não há interesse da mídia em divulgar isso.

Diante de todos esses debates que vêm ocorrendo Brasil afora, o que se está tornando consenso inclusive é a transformação da reforma política num projeto de lei de iniciativa popular para que não ocorra o que aconteceu com o Código Florestal deste País.

Nossa defesa de todo esse processo de mobilização da sociedade é para transformar a reforma política num projeto de lei de iniciativa popular.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Sa.

Concedo a palavra ao Sr. Iuri Brito.

Peço que se aproxime o Vereador Abençoadado, por gentileza. Depois, Jonas Paulo.

O SR. IURI BRITO - Boa noite, companheiras e companheiros aqui presentes. Gostaria de saudar a Mesa, na figura de seu Presidente.

Estou muito feliz de estar aqui, muito orgulhoso de estar falando neste púlpito. Já, já eu explico por quê.

Milito no movimento estudantil Coletivo Quilombo dos estudantes de Salvador, na União Nacional dos Estudantes, a partir da tese de oposição Reconquistar a UNE, e no movimento negro Coletivo Francisca Trindade. Mas não é por nada disso que eu estou aqui. Sinto-me muito bem representado, enquanto negro, pelas falas dos movimentos sociais que me precederam. Eu estou feliz de estar neste lugar porque este lugar não me cabe. Neste lugar, eu não caibo, por causa disto aqui. Isto aqui, senhoras e senhores, é um título eleitoral. Nele está escrito: Data de nascimento, 1º de maio de 1992. Eu tenho 19 anos, meus caros companheiros e companheiras. Caso haja alguém aqui que não saiba, uma pessoa de 19 anos é proibida, por lei, de se candidatar ao cargo de quem ocupa este espaço. É proibido por lei, por lei, repito.

Eu quero chamar a atenção para o fato de que neste espaço eu não caibo. No espaço da reforma política, nós temos de acabar com esse imenso atraso, que é o limite de idade para se candidatar. Se há alguma incompetência, se há alguma incapacidade — já que nós não temos cabelos brancos, e isso nos impede de estar



aqui —, com certeza, alguma incapacidade também nos impede de concorrer e ganhar as eleições. Se há algo de tão diferente entre nós, eu gostaria de pedir aos Deputados da Câmara Federal e aos Senadores, principalmente — para Senador, exige-se 35 anos; para Deputado, 21 anos —, que, quando forem fazer a reforma política, pensem nisso. Não se sintam ameaçados, não, porque se já existia um reconhecimento da nossa incapacidade de legislar, a ponto de nos impedir legalmente de disputar este espaço, com certeza, nós também somos incapazes de ganhar uma eleição. Então, se a lei diz que somos incompetentes, nós não fazemos diferença na disputa. Liberem para ver o que dá.

Quero fazer esse pedido, sinceramente, como um apelo — não sei se vocês já ouviram isso nos outros lugares —, liberem isso. E não digo nem que peço em causa própria, porque, provavelmente, daqui até a reforma política passar, eu já vou ter idade para me candidatar. Estou pensando nos meus filhos, quem sabe, nos meus companheiros que são mais novos. Não queremos nos candidatar na seleção sub-21 da política, queremos estar na seleção principal, porque não podemos mais aguentar ver um Senador, que é a partir de 35 anos, e outros legisladores que têm limite de idade, virem a este púlpito ou outros púlpitos e perguntarem onde está a juventude, que não se manifesta? Onde está a juventude, que aqui não está? A juventude aqui não está porque, infelizmente, a lei não permite.

Pergunta-se por que a população brasileira não legitima as suas instituições políticas. Eu gostaria de lembrar que a maioria da população brasileira é jovem, a maioria da população brasileira tem menos de 35 anos. Então como o Senado vai ter algum respaldo se nós somos proibidos por lei de lá estar?

Fica essa reflexão aqui. Eu espero que vocês pensem sobre isso, porque é um atraso absoluto você ter eleitores que não são elegíveis.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço, Iuri.

Concedo a palavra ao Vereador Abençoadado.

O SR. EDIVALDO MARCELO ABENÇOADO - Saúdo o Excelentíssimo e mui digníssimo Sr. Deputado Federal Almeida Lima e ex-Senador da República do nosso Brasil, a quem muito admiro desde quando era Senador, Presidente da Comissão Especial da Reforma Política. Também quero saudar, apesar de não estar presente,



o Presidente desta Casa Legislativa, Deputado Marcelo Nilo, e, em seu nome, saúdo todos os Deputados aqui presentes e também os representados. Saúdo o Ministro Caetano, que parece que já se retirou, e também em seu nome quero saudar todos os Prefeitos aqui presentes e representados. Quero também saudar a imprensa baiana, as autoridades presentes ou representadas e os senhores e senhoras que aqui também se encontram.

Sr. Presidente, o tempo de fato é muito curto, três minutos certamente são só para saudar a Mesa, as demais autoridades e os presentes, mas quero dizer que eu assinalei quatro pontos e nos encontros de Vereadores — como Vereador, iniciamos o nosso mandato no dia 1º de janeiro de 2009 e vamos até o dia 31 de dezembro de 2012 —, nós conversamos muito sobre a reforma política, e há algo muito especial para que possamos refletir.

Há alguns pontos que assinalei aqui e gostaria que V.Exa., o Presidente desta Comissão, o Relator, o Sub-Relator, aceitassem esses pontos, porque eles são de todos os Vereadores da Bahia. E, quando eu converso com Vereadores de outros Estados, todos entendem que precisam ser observados esses pontos que nós apontamos aqui. A isonomia parlamentar, no tocante aos mesmos direitos. Por exemplo, hoje um Senador tem direito a 13º, 14º e 15º salários. O Vereador não têm direito nem ao 13º salário. Os Deputados e Senadores têm direito a combustível, entre outros benefícios. Os Vereadores na Bahia, por exemplo, fizeram consulta ao Tribunal de Conta dos Municípios, e esse órgão não aceita que os Vereadores tenham benefício de combustível, porque entendem que moram no Município.

Eu quero dizer a V.Exas. — eu não sei se algum de V.Exas. já foi Vereador — que há um ponto muito importante para se refletir. O Vereador, em especial do interior, como eu, é sofredor. Quase todos os dias o Vereador está aqui em Salvador, trazendo pessoas para fazer cirurgias, para fazer exames, até porque lá no interior é precário, não há saúde de qualidade, como deveria ser. Então eu quero pedir a V.Exas. que coloquem esse ponto na pauta de discussão do Congresso Nacional.

Peço a sua permissão, Sr. Presidente, para que eu possa concluir só falando sobre os demais pontos, por gentileza.



O mandato de 6 anos para Deputados Federais, Estaduais e Vereadores, com direito à reeleição, constante, sem sombra de dúvida.

Também quero defender aqui, Sr. Presidente desta Comissão, que, com relação a esse 1% que as Câmaras perderam, que V.Exas. possam rediscutir aquela emenda apresentada e que às Câmaras retorne esse 1% e tornem a perceber novamente, as menores — hoje está 0,7% — 0,8%, porque o número de Vereadores, a partir do ano que vem, vai aumentar de novo. Assim, as Câmaras vão ficar altamente falidas, podemos dizer, nesse sentido.

Sr. Presidente, o Executivo, também mandato de seis anos, porém, tanto o da esfera Federal quanto o da Estadual e Municipal, sem direito à reeleição. Aqui, outra sugestão — quero que V.Exa. acate todas com muito carinho, se houver possibilidade, e o Congresso tem poder e autonomia para isso —, que se dê prorrogação de mais 2 anos de mandato para os que estão, para Prefeitos e Vereadores. Aí vamos fazer todas as eleições unificadas, de uma vez só. Acredito que essa vá ser uma grande economia nos bolsos dos brasileiros, porque tudo o que Vereadores, Deputados, Senadores ganham vêm de impostos dos brasileiros. Nós também pagamos esses impostos.

Sr. Presidente, nós também somos contra a lista fechada, que, na verdade, é um grande crime contra a democracia brasileira: claro, eu, como presidente de partido, não vou deixar de botar alguém que seja diretamente vinculado a mim — filho, filha, esposa, irmão. Sem sombra de dúvida, é hipocrisia dizer que, com a lista fechada, não iríamos contemplar, primeiramente, os nossos, depois, os amigos e assim por diante. Então, é altamente contra a democracia a lista fechada.

Tem que ser dessa forma. Porque, se eu votei no senhor, Presidente, para Deputado, quero ter o direito de avaliar seu mandato e, na próxima eleição, ter minha opinião formada sobre ele, saber se o senhor me representou, legitimamente, bem ou não. Por esse motivo e razão, nós somos contra a lista fechada, que é um crime.

Só para concluir, que haja também a prorrogação dos mandatos, sobre o que já falei.

Também quero saudar as mulheres, na pessoa da Deputada que está na Mesa, e também na da Deputada Graça Pimenta, da minha região.



Quero pedir a V.Exa. que todos esses pontos por mim abordados que, atentamente, leve para a discussão central, para a discussão do Congresso Nacional, porque quem vai lhe agradecer fortemente não é somente o Vereador Abençoadado, seu admirador, mas sim toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sr. Sílvio Roberto. *(Pausa.)*

Sr. Robson Freitas. *(Pausa.)*

Sr. Robson Freitas, aproxime-se, por gentileza.

Sr. Elke Petersen.

O SR. SÍLVIO ROBERTO - Boa noite, senhoras e senhores.

Primeiro quero parabenizar a Comissão. Acho que são importantes essas iniciativas de debates com a sociedade. Quero reafirmar, como em todas as falas anteriores, a importância de que isso alcance uma audiência muito maior do que este espaço restrito ainda de debates sobre algo tão importante, que determina a estrutura de poder. Estamos falando de reforma política, algo muito relevante.

Eu quero contribuir com o debate questionando que o modelo que temos discutido aqui de reforma política, como a professora pontuou, se afunila demais a uma reforma eleitoral e partidária. Ainda que ela seja importante e necessária, é absolutamente insuficiente para dar conta das expectativas que a sociedade tem em relação a essa reforma política.

Seja nos Estados Unidos, como se falou aqui, seja nos diversos países da Europa e nos vários cantos do mundo, é questionado o modo dessa democracia liberal que temos, esta democracia representativa, em que a soberania popular é reconhecida no momento de escolha de seus representantes, e depois pouco essa população participa da definição dos rumos do Estado, da política.

Enfim, com isso, acho importante trazermos para o debate da reforma política, necessariamente, a ampliação dos mecanismos participativos que já iniciamos na Constituição de 1988, mas que ainda está muito aquém das expectativas do povo.

Sr. Presidente, penso que é fundamental discutirmos um sistema de democracia participativa nessa reforma política. Penso que não basta querermos fortalecer os partidos. Temos que instituir critérios, dispositivos de democratização



desses próprios partidos. Não dá para falar em lista fechada se isso não vier associado o debate da democratização das decisões internas dos partidos. Sou a favor, sim, de uma lista fechada; sou a favor, sim, de que tenhamos maior identidade política e ideológica quando vamos para as eleições.

Sr. Presidente, é fundamental que tragamos, como característica da nossa democracia, não só partidos fortes, mas partidos fortes e com forte democracia interna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço.

Com a palavra Robson Freitas, a seguir a Sra. Elke Petersen, Coordenadora da Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

O SR. ROBSON FREITAS - Uma boa tarde a todos! Sou funcionário da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A — EMBASA, regida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e neste momento também represento a União Rastafari.

Quero parabenizar todos os presentes e dizer: Revolta dos Malês, Robson Freitas presente! Direito à educação e a cursos anuais na nossa autarquia EMBASA; cursos para atender o investimento dos cidadãos com dignidade; direito às ligações de água, saúde pública e direitos essenciais; alimentos com preços acessíveis; direito à moradia, via Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que rege a EMBASA e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia — CONDER; direito à educação tecnológica, que é investimento em criação de energia nuclear, porque esses temas fazem parte do debate da reforma política. Sem isso aqui não há possibilidade de se fazer reforma política, porque aqui estão todos os partidos que representam a sociedade. Então, há necessidade de educação já! É preciso que se invista mais em educação.

Em relação aos rastafaris, queremos o respeito à nossa cultura, ao nosso costume, ao nosso ritual religioso, ao nosso culto religioso, ao uso do *nyabinghi* e do da *ganja*, ao uso recreativo e ao plantio da nossa *cannabis sativa*.

Muito obrigado e boa tarde!

Viva a reforma política!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra a Sra. Elke. Após a fala da Sra. Elke, falará o Lázaro, o último inscrito. Em seguida, eu concluirei lá da tribuna.

A SRA. ELKE PETERSEN - Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, em nome de quem saúdo os demais membros! Boa noite, senhoras e senhores! Não vou me alongar nas saudações porque o tempo é curto.

Sou Coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, mas me inscrevi para falar como cidadã e não em nome da instituição.

Sou professora universitária também, estudei na Universidade Federal da Bahia — UFBA e ouvi muitas pessoas falando que isso não é uma reforma política, e, sim, eleitoral, com a qual concordo.

Primeiramente, eu estava até na Internet olhando se na grade curricular da UFBA já haviam colocado Direito Eleitoral como matéria obrigatória, e vi que não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELKE PETERSEN - Facultativa, exatamente, como uma das terminalidades, Direito Público ou Direito do Estado.

Então, já começa daí, na formação de um curso de Direito, você não tem Direito Eleitoral como matéria obrigatória.

Sou coordenadora também de um projeto existente no Estado da Bahia, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral — TRE, que é o projeto Eleitor do Futuro. Eu trabalho com crianças e adolescentes com idade entre 10 e 15 anos, visando fazer uma mudança cognitiva, uma mudança comportamental no modo de pensar político da população brasileira. Esse é um programa existente desde 2002, de iniciativa do então Corregedor Eleitoral Ministro Salvio Figueiredo, que se estendeu a todos os Estados brasileiros, mas ainda é um programa muito incipiente.

Então não há que se falar em reforma política sem se falar em educação. Eu acho que a base de toda a reforma e democratização do povo brasileiro está na educação.

Eu até pensei em não falar mais quando vi essa plateia já tão politizada, porque eu acho que deveria ser essa plateia composta da própria sociedade civil,



mas infelizmente não sei o que ocorreu, se foi falta de divulgação ou de interesse dessa população já tão descrente da vida política do País.

Eu palestro também para adolescentes de 16 a 18 anos e que portanto já podem se alistar, ser eleitores. Eles demonstram muita descrença na vida política do País, e isso é muito triste. Eu digo a eles que o voto, não obstante, está na Constituição Federal — e todos, em sua maioria, não sabem inclusive o que é a Constituição Federal. Tenho sempre que começar as minhas palestras, as minhas conversas, dizendo que a Constituição Federal é a lei mais importante do País e que está lá no § 1º do art. 1º que todo poder emana do povo e portanto eles são os detentores do poder, e quem está na Presidência, no Governo, nas Casas Legislativas são meros representantes, porque não daria para todos falarem ao mesmo tempo e decidirem os rumos do País, do Estado, do seu Município.

Então, é com muita descrença que eles veem e nem sequer sabem o que é a Constituição Federal. Eles não sabem nem querem se envolver com política, por conta da corrupção.

E nós tentamos explicar essa questão do financiamento público de campanha. Será que se falou à sociedade que no financiamento público exclusivo de campanha cada eleitor brasileiro contribuirá com uma cota de 7 reais e que temos em média 135 milhões de eleitores brasileiros, o que dará uma verba para gasto com financiamento de campanha de aproximadamente 945 milhões de reais, quase 1 bilhão de reais gastos no financiamento público de campanha?

Hoje nós já temos financiamento público de campanha misto, com os recursos privados. Não seria uma solução colocar um limite para esses recursos privados e aparelhar melhor os órgãos de fiscalização dessa arrecadação e desses gastos de campanha?

E a questão da propaganda institucional? O gasto com a campanha já começa com a propaganda institucional disfarçada, que, na verdade, é uma propaganda eleitoral antecipada e ilícita. Alguns Estados estão gastando, em menos de 1 ano, 135 milhões de reais em propaganda institucional. Será que o povo precisa de 135 milhões para ser informado do que faz e gasta o governante ou administrador com recursos públicos? Esses recursos poderiam ser gastos em educação, saneamento básico, saúde, enfim.



Então, só fiquei triste por não falar para uma plateia menos esclarecida, porque os que me antecederam foram até bem melhores do que eu em meus apontamentos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o Sr. Lázaro Cunha, do Instituto Cultural Steve Biko.

O SR. LÁZARO CUNHA - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar a Mesa, mas antes tranquilizo V.Exa.: boa parte daqueles estudantes que saíram são do Instituto e tiveram que ir para aula, para estudar e até mesmo para ocupar o poder. Então acho que temos que ficar tranquilos quanto a isso, pois são pessoas conscientes. Infelizmente a questão do horário e a dificuldade de transporte são um limite no nosso Estado. Esta Casa, por exemplo, fica num local que não é estratégico para que a população tenha uma participação ativa. Nós temos, por exemplo, proposta de colocar presídios em bairros populares da cidade. Mas por que não colocar no local onde se decidem as coisas, onde se decide a vida dos cidadãos, mais perto do povo? Isso é um problema.

Esses jovens que saíram ali foram preocupados, porque gostariam de estar aqui. Eles são 75, mas muitos não puderam vir, porque estão trabalhando e não puderam estar nesta Casa.

A realidade que a companheira Vilma apresentou aqui sobre o extermínio da juventude negra é o que realmente está fragilizando a população baiana, porque poderíamos ter mais Abdias do Nascimento, mais Engenheiros André Rebouças, mais Julianos Moreiras e várias outras referências negras no poder, mas infelizmente estão sofrendo eliminação física.

Com relação à reforma política, eu acho preocupante sim, porque estou vendo lobo tomando conta de ovelha. Não se pode pensar em reforma política num quadro majoritário de 500 Deputados em que pouco se tem de representantes da população negra e das mulheres. Que tipo de reforma política vou ter? Vocês acham que os brancos, que dominaram este poder por 500 anos, vão abrir mão facilmente? Nós não acreditamos! É por isso que eu acho que para uma coisa como essa deveria haver um plebiscito, deveria sim ter a participação direta da população,



porque o descrédito que temos com relação à classe política, em especial os políticos brancos — vamos logo dizendo diretamente —, é demais.

Nós percebemos muito bem que são 500 anos de poder de que não se quer abrir mão. Então, não temos nenhuma esperança. Eu, pelo menos, não tenho nenhuma esperança de que os Parlamentares que estão lá tenham competência moral para poder fazer uma reforma política que realmente contemple a população negra, as mulheres e os indígenas.

Nesse sentido, acho que a população tem de ter uma participação direta, e acho que o plebiscito seria uma saída, até porque fizemos um plebiscito para saber se o regime político voltaria a ser Império. Fizemos isso. Houve o plebiscito para a questão das armas. E acho que uma questão muito mais fundamental, como a da reforma política, acho que tem que ter uma participação direta da população. Não temos confiança nos políticos que estão lá. Os políticos que se respeitam realmente sabem que convivem com pessoas que não têm a menor competência moral para estar lá, e é uma temeridade colocar uma reforma tão importante na mão de pessoas que não têm competência moral para isso.

Eu espero que a sensibilidade dos que têm competência moral seja de justamente entregar ao povo esse tipo de reforma que tem que ser feita, que é a reforma política. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Já que desejo ir à tribuna, passo a Presidência ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Almeida) - Obrigado, Presidente. Passo a palavra ao último orador inscrito nesta audiência pública, Deputado Almeida Lima.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Sras. e Srs. Deputados, entendo que, em parte, foi cumprido o nosso objetivo, exatamente o de vir à Bahia ouvir todos aqueles que desejaram emitir suas opiniões, suas sugestões, ouvir as críticas e os reclamos, até mesmo o desabafo, que considero particularmente legítimo, e os momentos como estes são apropriados.

No entanto, devo dizer que nada é definitivo. Estamos começando um processo de debate e alguns esclarecimentos precisam ser feitos. Em primeiro lugar, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou seja, o atual Congresso Nacional,



pelos que dirigem o Parlamento, pelos atos constitutivos das Comissões, não solicitaram uma reforma política do Estado.

Que fique bem claro que a reforma é político-eleitoral. Não chega a ser sequer partidária. Eu, particularmente, entendo que a reforma mais importante é a reforma política do Estado brasileiro. Eu estive Senador durante 8 anos, e os meus primeiros projetos de lei de proposta à emenda à Constituição, de nºs 52, 53 e 54, de 2003, eram uma miniproposta de reforma política do Estado brasileiro.

Eu, particularmente, entendo que primeiro temos que discutir a função dos três poderes, as suas competências. Aliás, ferir aquilo que diz a Constituição Federal no art. 1º, *caput*. A República Federativa do Brasil, pela soberania que nosso povo possui diante das nações, se autoconceitua, se autodefine no art. 1º como uma República Federativa, e depois afirma que o Estado se constitui no Estado Democrático de Direito. Quanta felicidade para mim e para o povo brasileiro no dia em que esta República se transformar de fato numa República, com todos os conceitos e definições de República, de coisa pública, de coisa de todos, de igualdade, de universalidade, de direitos e de condições para conquistá-los.

Como este País será feliz no dia em que, de fato, tornar-se caracterizado nosso País como uma verdadeira Federação, onde o Estado da Bahia poderá legislar diante da autonomia que esta mesma Constituição atribui, mas que lhe tolhe a competência ao dizer, lá no art. 22: “*Compete à União legislar sobre...*” Quando vamos verificar os incisos, todo aquele rol, enfim, tudo compete de fato à União. E esse art. 22 aprisiona os Estados membros, descaracteriza por completo a Federação.

Quando é que vamos ter de fato no Brasil aquilo que o art. 1º conceitua como Estado de Direito, que pressupõe a existência de normas, de ordenamento, a reger por antecipação as relações sociais, aquilo que está por vir? Quando é que vamos ter de fato isso? Quando percebermos e vermos o Supremo Tribunal Federal, a exemplo do Tribunal Superior Eleitoral, fazendo aquilo que não é da sua competência?

Algumas vezes, sob a alegação de que o Congresso não legisla... Senhoras e senhores, quando o Congresso não legisla, ele está, se é que é possível dizer o que



vou dizer agora, está legislando, está dizendo que não quer legislar, está dizendo que não quer modificar aquilo que a lei atual estabelece.

Quando o Congresso não delibera ele está deliberando. Eu estou delirando não deliberar. E o outro Poder deve cumprir aquilo que a Constituição determina. Por que é que o Congresso tem que ser forçado a deliberar, quando ele acha que o que está aí está bom? E a outra é o Estado Democrático. No art. 1º, vislumbro quatro definições: diz que o Brasil é uma República Federativa, se constitui Estado Democrático de Direito.

Pois bem. É essa tal da democracia que estamos querendo agora numa proposta de reforma político-eleitoral, para oferecer mecanismos, instrumentos que possam aperfeiçoar a democracia, que possam, de fato, estabelecer as garantias e o direito à participação. Portanto, volto e digo aquilo que disse no início: nada é definitivo, tudo está a depender do povo brasileiro.

Alguém disse aqui que quem produz Jair Bolsonaro é o Congresso Nacional! Gente, quem produz Jair Bolsonaro, assim como eu, assim como o Deputado Daniel Almeida, é o povo brasileiro, não é o Congresso Nacional. O Congresso Nacional é fruto do povo baiano, do povo sergipano, do povo brasileiro.

Ora, nós decidimos, na Câmara dos Deputados — e justiça se faça aos 2 Deputados que estão coordenando o evento aqui no Estado, os Deputados Waldenor Pereira e Daniel Almeida —, jogar um peso muito grande nesta Comissão para que ela realizasse as conferências pelo País, porque muitos no Congresso se julgam iluminados o suficiente para fazer a reforma sem ouvir o povo. Chegam até a afirmar: “*Nós fomos eleitos para isso*”. Eu, particularmente, não compreendo assim. Quando estão em conflito um interesse meu, de ordem pessoal, e o interesse da sociedade, eu não me sinto em condições legítimas de decidir, por uma razão simples: é da natureza humana, aliás, é da natureza animal, é da natureza vegetal a sobrevivência. Eu não vou dar um tiro no meu pé, eu não vou votar contra um interesse meu, pessoal.

Por essa razão tenho eu pregado que o sistema eleitoral precisa ser definido por meio de um plebiscito. Tenho defendido isso em todas as sessões e por onde ando, sobretudo porque vejo que no Congresso Nacional não se vai construir uma maioria qualificada de três quintos para decidir, como, aliás, nas vezes anteriores



não se conseguiu construir essa maioria de três quintos, exatamente porque os interesses são bem divergentes.

Pois bem. Daí o amplo debate, o debate profundo. E acho que ele deve ser ampliado. Sabemos como o debate começou acanhado. Setores da imprensa criticando a Comissão da Câmara porque não estava decidindo nada. Diariamente ouvia-se na imprensa notícia de que o Senado se reuniu e, numa única reunião, decidiu isso, aqui, aquilo outro. Gente, tenha calma. Não é assim. E em todas as reuniões da Comissão a Presidência, a todo instante, tinha que responder a um pedido de pela ordem: “*Sr. Presidente, vamos deliberar quando?*” Eu dizia: “*Depois que a gente ouvir a sociedade.*” “*Mas a gente pode ir decidindo.*” Eu dizia: “*Para depois ouvir a sociedade? Que hipocrisia!*” A luta é grande.

Pois bem. Há uma série de questões que nós temos ouvido muito por aí afora. Eu senti aqui, a exemplo da Paraíba, um clamor muito forte acerca da questão dos negros e das mulheres. Acho que é uma questão que precisa ser colocada no seu devido lugar. Precisa-se estabelecer uma clareza. A questão precisa ser bem posta.

Para mim, é mais fácil falar em relação às mulheres. Trato primeiro desse assunto. Há uma proposta de lista fechada, preordenada, com alternância de gênero, de sexo. Em primeiro lugar, eu devo dizer que lista fechada preordenada, na minha visão, é inconstitucional. (*Palmas.*) É flagrantemente inconstitucional, salvo se houver uma ruptura do Estado e se o definirem de forma diferente. Primeiro, se fizerem uma ressalva a uma daquelas quatro definições acerca de democracia, se ela for adjetivada de forma diferente ou se, ao regulamentar o aspecto democrático do Estado brasileiro, no parágrafo único do art. 1º, diga-se de forma diferente, e no art. 14 mais ainda, porque todas elas são cláusulas pétreas, quando diz o parágrafo único do art. 1º que o poder emana do povo, que o exerce diretamente — e esse exercício direto no Brasil é muito pouco.

Precisamos melhorar muito isso, que é a questão do plebiscito, dos instrumentos da democracia direta, referendo, iniciativa popular para projeto de lei e também o *recall* ou a revogação de mandatos. Mas, à parte essa questão, está lá dito: “*o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos*”. O art. 14 complementa: “*pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto*”.



Votar em partido não é votar em representante. Partido não representa! Quem senta na cadeira do Parlamento não é o partido! Quem senta lá é o Deputado Daniel Almeida, não é o PCdoB!

A Constituição é muito clara. Eu não estou dizendo que ela está certa, mas apenas o que ela diz, que é isso. O que precisamos é de uma ruptura, porque, se se deseja melhorar a conceituação da democracia e aperfeiçoar as instituições democráticas, nós temos que trabalhar os instrumentos que a ampliem e que a aperfeiçoem. Agora, não podemos defender instrumentos contrários à democracia e dizer que isso é democracia.

Aliás, eu tenho ouvido muito as pessoas dizerem: “*Mas é preciso fortalecer os partidos!*” Eu também acho, mas fortalecer os partidos como? Em detrimento do eleitor? Não. O poder não emana dos partidos. O poder emana do povo. Eu tenho que respeitar, primeiro, o direito do povo, para depois respeitar o das organizações sociais, entre elas o partido. Aliás, a própria expressão já define: partido, parte do todo, reunião de pessoas em torno de ideias, na luta pela conquista do poder para tornar aquelas ideias efetivas. Portanto, as coisas precisam ser colocadas nos seus devidos lugares.

Eu disse que iria me referir à questão da mulher e o farei. É pacífico, porque se trata de estatística, que mais da metade do eleitorado brasileiro é constituído de mulheres. Então, esse discurso, que é um discurso válido, deve ser voltado basicamente para as mulheres. E em relação a essa questão que não precisa ter ranço. Não podemos dividir a sociedade. Vamos agora deixar de entender nosso processo cultural, vamos desconhecê-lo? O que precisamos é trabalhar para, daqui para frente, não termos mais lições ruins como as que tivemos. E temos de buscar uma construção de forma diferente. Isto vale para as mulheres, vale para os negros, vale para os índios, vale para todos os segmentos sociais. Em dado momento, estabeleceu-se na legislação eleitoral a obrigatoriedade de abertura de espaço para as mulheres. Depois, percebeu-se que a era uma norma feminista, e ela foi alterada. Estabeleceu-se, então, a obrigatoriedade para ambos os sexos, ou seja, uma chapa não poderia deixar de garantir 30% de vagas a um dos sexos.

Eu dou muito valor ao debate. Gosto imensamente de ser contestado. Se houver esse desejo, quando eu me sentar ali na cadeira da Presidência, quero ser



bombardeado de perguntas ou de críticas. Não há nenhum problema. Nenhum! Minhas posições são claras. Mas acho que o foco precisa ser outro. O foco tem que se voltar para a própria sociedade, porque no Congresso Nacional ou aqui nesta Casa só se entra pela vontade do baiano. Podem até dizer: *“Ah, mas o baiano não está votando direito, porque precisava ter um pouco mais de instrução”*. Voltamos ao modelo, à nossa história, questão que eu acho está na raiz. Alguém neste País é sacrificado ao ir votar e votar no homem ou votar no branco? Ora, eu sei que há diferenças, eu sei que o dinheiro impera. Todos nós sabemos. O que temos é de lutar de forma correta, é não dispersar energia.

Tenho opiniões e ações contrárias ao Deputado Jair Bolsonaro. Os mais velhos devem se recordar de Amaral Netto, que apresentava, na época da ditadura, um programa chamado *Amaral Netto, o Repórter*. Amaral Netto sempre se elegeu Deputado Federal no Rio de Janeiro porque defendia a pena de morte — acho que ele era até mais radical de direita do que o próprio Deputado Jair Bolsonaro. Aquilo ali era o retrato da sociedade.

Estou me segurando um pouco mais neste tema porque eu senti o clamor, e essa energia não pode ser desperdiçada; ela tem de ser trabalhada na base, de forma efetiva. Às vezes — e vou cometer uma heresia — é preciso ser intolerante, e eu abomino a intolerância. Mas, se necessário for, dentro de um foco correto, sim, porque pior do que a intolerância é o uso da força. E, muitas vezes, o uso da força é legítimo. Não conheço o processo revolucionário que tenha sido pacífico. Mas tudo é direcionado para um foco correto.

Pois bem. Temos aí uma série de questionamentos. Falou-se em financiamento de campanha, em voto distrital, em voto sei-lá-o-quê, mas eu entendi que não deveria tratar de nenhum desses temas. Particularmente, sou contrário ao voto em lista preordenada fechada, porque o único argumento que me trazem é o argumento falacioso de que ela fortalece partido. E, mais grave — aqueles que são do Partido dos Trabalhadores me desculpe: essa é a maior incoerência que eu poderia ver, e por uma razão simples. Já se disse neste País que parlamentarismo é para nações com partidos fortes ou que é um sistema de governo que leva ao fortalecimento dos partidos. No plebiscito entre parlamentarismo e presidencialismo, como foi que o PT votou? Contra o parlamentarismo. Ou seja, contra o



fortalecimento dos partidos, porque as teses de governo saem do partido, ou, majoritariamente, das urnas, quando ele chega ao Parlamento, ou de uma coalizão de partidos, onde há negociação de posições partidárias. E o PT votou contra! Por que agora vem defender essa tese? O que fortalece partido é programa partidário. E o Partido dos Trabalhadores ainda está recebendo a resultante de um programa que tinha identidade com a população. Está na Presidência da República porque outrora teve um programa de partido que se identificava com o povo, com as massas, com os trabalhadores. Portanto, o que fortalece partido não é decreto, é programa.

Fidelidade partidária é corretíssimo. O que fortalece partido é a fidelidade partidária, ou aquele item que está no programa do partido que o leva a fechar questão e dizer que todos do partido têm a obrigação de votar conforme o que está no programa. Isto é que fortalece partido. Fortalecer partido em detrimento do eleitor? Fortalecer partido enfraquecendo o eleitor? E essa norma não é princípio da Constituição brasileira, é princípio basilar da democracia: o poder emana do povo. (*Palmas.*) Se não emana, que o povo acorde, pois o poder tem de emanar do povo. Parcela do povo árabe acordou, e está demonstrando nas ruas que o poder emana do povo. Só não emana do povo quando ele não se organiza. Então, não me venham dizer que isso é falácia de Constituição. Isso é princípio da democracia. O poder emana do povo!

O jurista Nelson Jobim vai à Comissão e diz assim: “*Nós queremos uma democracia de homens, personificada, fulanizada ou uma democracia de partidos?*” Eu precisei fazer uma viagem naquele dia, mas, se estivesse lá, iria dizer ao ex-Ministro do STF e Ministro de Estado Nelson Jobim: “Ministro Nelson Jobim, não queremos democracia nem de partidos nem de homens. A democracia se faz com vontade popular. Democracia é o respeito à vontade das pessoas. Isto é uma falácia. Isto é um discurso preparado para se dizer: ‘Olha, precisamos ter o voto em lista fechada preordenada’. Para mim, não vale nem de forma circunstancial”.

Digamos que, no Brasil, os partidos políticos fossem democráticos, com uma democracia interna exemplar. Mesmo assim, nada desse aspecto pode ser circunstancial, porque está ferindo de forma maior o direito do cidadão, o direito do povo.



Senhoras e senhores, isto é apenas a minha opinião, não é a opinião do Presidente da Comissão — por coincidência, eu estou na Presidência. Eu falei por último, embora não tivesse a pretensão de achar que poderia convencer A, B ou C; achei que deveria falar por último para que as pessoas não fossem eventualmente orientadas tomando como base uma opinião minha.

Quero agradecer enormemente a honra de tê-los me ouvindo já às 19h16min.

Agradeço à Bahia a oportunidade de estar aqui com vocês. Espero que este debate tenha continuidade nos movimentos populares, nas ruas, nos Parlamentos.

Em nome da Comissão, agradeço ao Presidente da Assembleia Legislativa, aos seus membros a acolhida e o espaço que nos foi cedido, assim como aos servidores da Casa, aos membros da imprensa, enfim, as senhoras e aos senhores.

Devolvo a palavra ao Deputado Daniel Almeida para encerrar a sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Almeida) - Já que V.Exa. me faz essa gentileza, quero aproveitar para agradecer a V.Exa., que tem comparecido a todos os Estados em que programou essas audiências públicas, fazendo sempre um debate, na maioria das vezes, acalorado, não deixando de manifestar sua opinião, a exemplo do que fez agora na Bahia.

Quero agradecer ao Presidente da Casa, Deputado Marcelo Nilo, aos Deputados Federais e Estaduais, aos Prefeitos, aos Vereadores, Prefeitos, a todos os segmentos da sociedade civil a presença a esta audiência.

Temos muito interesse em que este seja apenas um momento deste processo de debate que a sociedade brasileira necessita fazer de forma intensa, planejada, abrangente, com o máximo de clareza possível. Quiçá, pudéssemos ampliar este debate para uma reflexão mais profunda sobre a estrutura de Estado brasileiro, sobre nossa República, sobre nossa democracia.

Não devemos nos sentir inibidos em trilhar essa direção. A reflexão sobre os elementos mais gerais será muito importante, mesmo que não tenhamos como perspectiva deste debate sobre reforma política um aprofundamento, como é necessário ser feito, na estrutura de poder político da nossa sociedade.

Todas as reflexões aqui são muito importantes e bem-vindas para a construção desse caminho. Inclusive, tenho defendido a tese de que alguns temas



terão que, em algum momento, passar por uma Constituinte. Teremos de submeter à sociedade um debate que leve à eleição de Constituintes, mesmo que sejam Constituintes temáticos. Reforma política e reforma tributária, na minha visão, só faremos com a profundidade necessária se anteciparmos o debate no processo eleitoral e os eleitos tiverem essa atribuição específica. A Constituição de 1988 produziu muitos avanços, e foi feita por um Congresso Constituinte. É possível fazermos, em algum momento, um aprofundamento dessa natureza.

Portanto, quero agradecer a todos, dizer da honra de compor esta Comissão e dizer que, no exercício do nosso mandato — eu, o Deputado Waldenor Pereira, o Deputado Luiz Alberto, que fazemos parte desta Comissão —, estamos abertos para continuar recebendo contribuições, disponíveis para participar de outras audiências, de outros debates que a Bahia possa produzir e levar todas as sugestões para a Comissão Especial.

Obrigado, Presidente Almeida Lima.

Obrigado a todos os senhores.

Está encerrada a audiência. *(Palmas.)*